

[Representações sociais de Brasília]

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Lucas Brasil Pereira



*“Os sonhos foram feitos para serem vividos, mas se não forem vividos, valeu a pena
terem sido sonhados.”*

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Representações sociais de Brasília:

*“Os sonhos foram feitos para serem vividos, mas se não forem vividos, valeu a pena
terem sido sonhados.”*

LUCAS BRASIL PEREIRA

Brasília, julho de 2011.

Representações sociais de Brasília

Monografia entregue como trabalho de conclusão da disciplina de Prática de Pesquisa 2 e requisito para a obtenção do título de bacharel em sociologia pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Orientadora: Christiane Machado Coelho

Autor: Lucas Brasil Pereira 06/21641

Banca avaliadora

Christiane Machado Coelho	UnB
----------------------------------	------------

Sayonara de Amorim Gonçalves Leal Vargas	UnB
---	------------

Brasília, julho de 2011.

Sumário

Resumo.....	4
Agradecimentos.....	6
Lista de tabelas, fotos e figuras.....	7
Breve justificativa.....	8
Capítulo Primeiro	
Introdução	
Brasília – idealização e intenção.....	10
O caminho para a realização.....	16
A Brasília habitada.....	25
Capítulo Segundo	
Representações sociais	
Introdução ao termo.....	32
Universos.....	36
Familiar e não-familiar, ancoragem e objetivação.....	39
Capítulo Terceiro	
Métodos e técnicas.....	
Representar a cidade e criar sua imagem.....	46
Procedimentos.....	48
Capítulo Quarto	
As representações sociais de Brasília	
O que é Brasília?.....	56
Elementos da cidade.....	63
Um exemplo paradoxal: violência/insegurança.....	65
Pessimismo e futuro: o caos e uma pitada de esperança.....	72
Considerações finais.....	75
Referências bibliográficas.....	77
Anexo I.....	79

Resumo

As representações sociais se constroem e transformam constantemente. Os indivíduos as elaboram a todo momento, trabalhando o universo consensual no dia-a-dia e redefinindo as impressões e opiniões que carregam. Não é diferente com as cidades, onde a toda hora as interações sociais acontecem e os atores se relacionam continuamente.

O presente trabalho busca identificar as representações sociais acerca da capital federal brasileira: Brasília. Cidade repleta de significados, de arquitetura e urbanismo modernistas, é uma cidade exemplarmente distinta no que se refere aos elementos comumente encontrados em outros conjuntos urbanos do mundo. Além disso, há uma forte ideologia que permeia sua construção, sua história.

Por meio de mapas mentais e entrevistas em profundidade, estudou-se essas representações, elencando suas características que mais se destacaram e aprofundando a análise nos casos mais curiosos e representativos.

Palavras-chave: Brasília, representações sociais, universo consensual, mapas mentais.

Résumé

Les représentations sociales sont construites et transformées constamment. Les individus les créent, tout le temps, en travaillant l'univers consensuel du quotidien et en rédefinissant les impressions et opinions qu'ils apportent. Ce n'est pas différent avec les villes, à tout l'heure les relations sociales arrivent et les acteurs se mettent en rapports.

Ce travail vise identifier les représentations sociales sur la capitale fédérale brésilienne, Brasília. Une ville pleine de significés, de l'architecture, de l'urbanisme moderniste, c'est une ville clairement distincte qui concerne les éléments communément trouvés dans les autres centres urbains du monde. En outre, il y a une forte idéologie qui imprègne sa construction, son histoire.

À travers des cartes mentales et des entrevues en profondeur, on a étudié ces représentations, en énumérant les caractéristiques qui se démarquent et l'approfondissement de l'analyse dans le plus intéressant et représentatif.

Mots-clés: Brasilia, les représentations sociales, l'univers consensuel, cartes mentales.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a meu irmão e a todos os meus amigos e colegas que estiveram presentes e acompanharam toda essa trajetória que tem por conclusão última o presente trabalho.

Também gostaria de enfatizar meus sinceros agradecimentos aos meus pais e avós por todo o apoio e dedicação.

Agradeço também a todos os professores que estiveram presentes nesse processo, mas em especial ao professor Marcelo Rosa, pelas conversas e dicas, à professora Sayonara Leal, pelas sugestões e conselhos, e, principalmente, à professora Christiane Coelho pela paciência, confiança, conselhos, eterna disposição para ajudar e ótimas indicações.

Agradecimentos, em especial, a meu avô, Bartholomeu, pela imensa paciência, pelas conversas inspiradoras e pelas interessantíssimas narrativas, a minha mãe, Beatriz, pelas discussões sobre Brasília, arquitetura e urbanismo que constantemente me instigaram e por todo o material fornecido para leitura, pesquisa e ilustração do trabalho, e a Flávia, a você também meus sinceros agradecimentos pelo incentivo contínuo – quando não irritante – e pela compreensão.

Lista de tabelas, fotos e figuras

Figura 01: Croqui do Plano Piloto de Brasília.....	76
Figura 02: Croqui de setor residencial de Brasília.....	76
Figura 03: Foto de superquadra em Brasília.....	77
Figura 04: Projeto do Plano Piloto de Brasília.....	77
Figura 05: Mapa mental.....	54
Figura 06: Mapa mental.....	55
Figura 07: Mapa mental.....	57
Figura 08: Mapa mental.....	58
 Tabela 01: Estrutura de representação da cidade.....	 61

Breve justificativa

*“o psicólogo o sociólogo
o antropólogo explicam
brasília*

*eu não entendo
eu gosto”*

- Nicolas Behr

O presente trabalho tem como principal objetivo a identificação e o entendimento das representações sociais acerca da cidade de Brasília. Para que isso seja alcançado, é importante que se consiga pensar a cidade de forma crítica e, ao mesmo tempo, entender seu projeto modernista e a ideologia de modernização com a qual foi imbuído e de que forma o tempo, os costumes, a memória, a arquitetura, o urbanismo e a vivência da cidade dialogaram com as impressões dos indivíduos e moldaram – ou foram moldados – por suas representações.

A carência de obras nesse sentido surgiu também como um elemento adicional para fomentar o trabalho aqui apresentado. As representações sociais são elemento importante na formação das identidades individuais e coletivas e, simultaneamente, permitem uma ampla compreensão das interações e imagens que se estabelecem entre os indivíduos e o mundo, as idéias e si mesmos. Não bastaria dizer que, por exemplo, a “brasilite”¹ – descrita por James Holston como a reação gerada pelo primeiro contato com Brasília por parte da primeira geração de migrantes que lá chegaram, caracterizada tanto por aspectos positivos como negativos, sendo bastante ambígua – é capaz de dar conta do que os habitantes da capital representam acerca desta. De forma abrangente, diversos autores trataram de Brasília sob diferentes perspectivas, buscando, em geral, compreender a cidade como tal, sua ideologia, a influência de sua configuração sobre os habitantes, a estratificação social e a segregação espacial peculiares do Distrito Federal, etc. Entretanto, perceber e compreender as representações sociais (Serge Moscovici, 2010) consolidadas e suas particularidades – e conseqüentemente elementos importantes para a formação identitária dos moradores da capital e da cidade em si – ainda não era um campo sobre o qual haviam se debruçado.

¹ A “brasilite” seria uma reação individual, uma impressão causada pela alteridade provocada pelo traçado urbano e pela arquitetura, ambos modernistas, de Brasília.

Esse vácuo de conhecimento projetou-se como um território interessante a ser desbravado sob a ótica das representações sociais, gerando a possibilidade de, potencialmente, desvendar um pouco mais sobre a identidade da cidade.

Num primeiro momento é importante entender as origens de Brasília, a proposta ideológica e idealizante que a consumaram e os princípios que pautaram sua construção e efetivação no Planalto Central brasileiro, além da maneira pela qual foi implantada e as mudanças que foram impostas ao projeto original e, invariavelmente, ainda são até hoje.

Durante a execução da pesquisa, alguns elementos representados socialmente se manifestaram de forma mais expressiva. Por essa razão, a profundidade com a qual foram analisados acabou se engrandecendo. É o caso da representação da cidade como um local paradoxalmente seguro e, ao mesmo tempo, violento, além das representações acerca das perspectivas para o seu futuro.

Capítulo Primeiro

Introdução

Brasília – idealização e intenção

“1-Cidade é a expressão palpável da humana necessidade de contato, comunicação, organização e troca – numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico.

2-Urbanizar consiste em levar um pouco da cidade para o campo e trazer um pouco do campo para dentro da cidade.

3-Nas tarefas do engenheiro, o homem é principalmente considerado como ser coletivo, como “número”, prevalecendo o critério de quantidade; ao passo que nas tarefas do arquiteto o homem é encarado, antes de mais nada, como ser individual, como “pessoa”, predominando então o critério de qualidade.

Por outro lado, os interesses do homem como indivíduo nem sempre coincidem com os interesses desse mesmo homem como ser coletivo; cabe então ao urbanista procurar resolver, na medida do possível, esta contradição fundamental.”

- Lucio Costa, Registros de Uma Vivência(1986-1994)

É difícil pensar em Brasília e não lembrar, em algum momento, da palavra “utopia”². Seja pelos seus traçados particulares ou pela narrativa de sua história, a capital federal não escapa desse termo e, ao fim e ao cabo, da dúvida quanto à sua pertinência.

Invariavelmente, a história de Brasília, principalmente quando narrada por seus moradores, é repleta de desilusões. A nova capital, que faria o país girar sobre os calcanhares e mirar, definitivamente, um futuro de desenvolvimento, não parece ter se realizado conforme o que se vislumbrava e tampouco ter sido responsável por algum tipo de processo de transformação econômico, social, político ou comportamental que tenha ocorrido no país.

² Em 1516 foi publicada pela primeira vez o livro “Utopia, ou o Tratado da melhor forma de governo”, de Thomas More. Nessa obra, More traça um panorama crítico da Inglaterra da época e do capitalismo agrário. Além disso – e principalmente –, descreve a ilha fantástica e fictícia de Utopia, completamente diferente, na qual os indivíduos vivem sob um regime de economia planificada e onde não há propriedade privada. Na ilha, todos vivem com qualidade e em igualdade. Logo, “utopia” aqui entende-se como uma idealização de um local de igualdade e qualidade de vida, tendo como referência a ilha criada por More.

O processo de construção da capital federal começou sob o emotivo lema “cinquenta anos de progresso em cinco” do então presidente Juscelino Kubitschek, vulgo JK. Conforme deixa claro Laurent Vidal:

“Para tanto, propunha uma modificação do modelo de desenvolvimento econômico, passando pela adoção de uma política de industrialização por substituição de importações. Ele então escolhe, como símbolo dessa nova política e desse período de progresso democrático, a construção da nova capital no interior do país.”(VIDAL, 2009, p 185)

Imbuída de significação e de um ideário de potencial transformador – para não dizer revolucionário –, Brasília foi idealizada sob um espectro de desejo de re-significar o país e a população, além de sugerir, com sua mera proposta e realização, um formato distinto àquilo que parecia ser uma situação de atraso do Brasil. Conforme James Holston (2010) aponta em sua leitura de Brasília, é como se houvesse um paradoxo patente: a nova capital retrataria um futuro almejado e as condições necessárias para alcançá-lo enquanto, ao mesmo tempo, evidenciaria o fato desses elementos serem inexistentes na realidade brasileira à época.

Essa proposta, como também indica Holston, parte de duas premissas bastante importantes para compreendermos a forma como a ideologia que cerca Brasília é relevante e nada velada. Primeiramente, acreditava-se que o plano de uma nova cidade poderia reconstruir a ordem social e recriá-la à sua imagem. Ou seja, os traçados urbanísticos, as configurações arquitetônicas e a organização da cidade seriam capazes, como que por si só, de modelar todas as interações sociais, as relações entre os indivíduos – habitantes –, suas concepções, formas de pensar, valores compartilhados, etc. Em segundo lugar, vislumbrava-se que esse potencial transformador da cidade e todo o processo de mudança que se consolidaria poderia ser um exemplo para todo o país, um fomento à transformação em todo o território nacional, funcionando como um estímulo à mudança das práticas sociais de forma generalizada.

Dessa forma, a “nova capital” seria, invariavelmente, o primeiro passo para a construção de um “novo Brasil”, e essa idealização de um “novo Brasil” passava, necessariamente, por uma transição que teria como elementos mais marcantes e fundamentais as proposições modernistas e a ideologia que as acompanhavam.

Evidentemente que esse aspecto, ressaltado por Holston, é importante para pensarmos Brasília, mas também é interessante não nos ancorarmos a essa concepção.

Para Vidal, a nova capital federal não seria, por si só, concebida pelos seus idealizadores somente como um instrumento de transformação, mas sim um símbolo dessa transformação, como se um monumento ao desenvolvimentismo de JK e à potencialidade desse discurso. É nesse diálogo – juntamente com a vivência e a interação entre as pessoas – que representações sobre Brasília se construíram e que a cidade se consolidou simbolicamente. A ideologia da capital permeia o discurso daqueles que nela vivem e se apropria de diversas dimensões no que concerne à percepção da cidade pelos indivíduos. Além disso, os dois posicionamentos não são necessariamente excludentes – muito pelo contrário – e, por isso, podem manter a interação que nos interessa aqui para entender a formação das representações sociais acerca de Brasília.

Como uma cidade inteiramente nova, criada sob uma ótica de transformação, Brasília encontrou solo pré-ordenado para se desenvolver. Como afirma Vidal, indo ao encontro das afirmações de Holston:

“Os projetos do urbanista e do arquiteto da nova capital são por isso fortemente determinados pelas funções que deve cumprir a cidade, pela racionalidade necessária de sua fisionomia e pela obrigação da afirmação de sua modernidade.”(VIDAL, 2009, p 198)

E novamente, reforçando o caráter político e ideológico da proposta da nova capital, diz Vidal:

“Os elogios dirigidos pelo júri e pela Novacap ao plano de Lucio Costa indicam bem a verdadeira natureza do concurso. Não se tratava de um exercício de arquitetura em vista à criação de uma estrutura urbana ideal, mas de um problema bem mais complexo: a invenção de um urbanismo político adaptado a uma democracia liberal do século XX.”(VIDAL, 2009, p 220)

Não há como prosseguir sem falar do projeto³ de Lucio Costa. Uma proposta repleta de simbolismo e significados, extremamente bem caracterizada e marcada pela emblemática pertinente à peleja à qual foi submetido. O júri, como deixa claro Vidal, não hesitou e decidiu pela vitória de Costa, tendo sido seduzido principalmente pelo

³ É importante lembrar que este termo havia sido definido anteriormente por Le Corbusier, que o utilizava para nomear todos os projetos de cidade que desenvolvia. O concurso para o projeto da nova capital também adotou o título de “Plano Piloto”, reforçando o elo com o modernismo. Ver fig. 01 e fig. 04.

conceito que o urbanista havia impregnado na proposta, mais do que por qualquer outra coisa.

“Lucio Costa pensa a construção de Brasília como uma oportunidade de transformação social: assim, seu princípio para a organização residencial em Brasília não difere do dos outros concorrentes para o Plano Piloto. A idéia é de que a construção de cidades modernas, ao transformar as condições de habitação, pode modificar o desenvolvimento da sociedade. Brasília é, em suma, a cidade da utopia moderna.”(VIDAL, 2009, p 221)

Quando Lucio Costa se apresenta aos jurados, traz consigo um discurso e uma proposta que se caracterizam não pela profusão de elementos técnicos ou de planejamento, mas fundamentalmente por uma carga simbólica que atendia devidamente aos anseios das idealizações imbuídas na concepção da nova capital. Ou seja, posicionava-se de maneira discursivamente adequada, além, evidentemente, de se mostrar como um exímio representante do modernismo tão ansiado para a construção da cidade que se tinha em vista.

O projeto de Costa serviu como uma luva aos interessados e ao júri. Trazia uma simbologia apropriada, redefinindo o papel do Estado e da democracia e dando-lhes a ênfase que a idealização inicial ansiava por incluir na cidade:

“Aparece com certa clareza que a Praça dos Três Poderes é a transposição, em linguagem do século XX, da praça real francesa dos séculos XVI e XVIII. Trata-se de um conjunto monumental erigido para a glória do Estado, encarnado não mais na pessoa do rei, mas nas três entidades que constituem os poderes fundamentais. A disposição em triângulo dos edifícios do poder, valoriza o Congresso, símbolo da democracia. O palácio do presidente e o Supremo Tribunal de Justiça são relegados a um nível mais baixo, de forma que aparecem furtivamente para o olhar do transeunte e do automobilista situado mais adiante no eixo monumental.”(VIDAL, 2009, p 219)

Lucio Costa, entretanto, não havia pensado Brasília meramente para atender os anseios do júri e tampouco para satisfazer os interesses de JK ou Niemeyer. O urbanista, mesmo que não de forma necessariamente declarada, seguia os preceitos modernistas convencionados pelos *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* – CIAM⁴. James Holston é enfático ao explicitar esse fato:

⁴ Os CIAM, que ocorreram entre 1928 e 1956, estabeleceram os paradigmas e valores centrais do movimento modernista arquitetônico e urbanístico internacional. A organização levava a política e a

“Brasília é uma cidade dos CIAM. Na verdade, é o exemplo mais completo já construído das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas apresentadas pelos manifestos dos CIAM. De 1928 até meados da década de 1960, os CIAM constituíram o mais importante fórum internacional de debates sobre a arquitetura moderna. Os encontros e as publicações dos CIAM firmaram um consenso entre os profissionais de todo o mundo a respeito dos problemas essenciais da arquitetura, dando especial atenção aos da cidade moderna. O Brasil estava representado nesses congressos desde 1930, e Lucio Costa e Oscar Niemeyer puseram em prática os princípios dos CIAM com notória clareza.” (HOLSTON, 2010, p 37)

Entretanto, apesar da absoluta semelhança de elementos entre a nova capital federal e os preceitos modernistas dos CIAM, há duas distinções bastante importantes entre esses princípios, consolidados de forma mais veemente no manifesto A Carta de Atenas (1941) e A Cidade Radiosa (1933) por Le Corbusier, e a Brasília projetada por Lucio Costa e seus edifícios, planejados pelo mesmo arquiteto-urbanista e por Niemeyer.

As funções da cidade, definidas, de forma atemporal e dissociadas de elementos culturais, sociais ou políticos no manifesto dos CIAM foram: moradia, trabalho, lazer e circulação, sendo a última a evidente responsável pelo intercâmbio e interação entre as funções precedentes. Aí está a primeira distinção: Lucio Costa inseriu, ao pensar Brasília, a função que mais tarde seria chamada de “centro público”, um espaço para “atividades administrativas e cívicas” (HOLSTON, 2010, p 38). Esse elemento, que Costa implementa no projeto da capital, não havia sido ainda definido por Le Corbusier, que o incorporaria mais tarde aos princípios já consolidados.

Isso fica bastante claro quando observamos os dizeres de Lucio Costa, expressos em sua apresentação aos jurados:

“Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher, satisfatoriamente, sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma Capital.”(COSTA, 1957, Relatório do Plano Piloto)

Em segundo lugar, Holston menciona as discrepâncias políticas que existiam entre os diversos arquitetos e urbanistas que compunham o movimento modernista.

economia em consideração em suas elaborações e acreditava que a arquitetura e o urbanismo poderiam ser instrumentos de efetiva transformação da sociedade.

Torna evidente que apesar da grande influência da ideologia dita de esquerda sobre a maioria desses indivíduos, Le Corbusier promoveu uma “desistoricização” efetiva dos princípios modernistas e, assim, naturalizou-os e eliminou as tensões que permeavam as resoluções do congresso de 1933 na Carta de Atenas, em 1941.

“O que as diferenças reais entre comunistas, fascistas e tecnocratas pudessem significar para a cidade moderna proposta foi algo encoberto pelos esforços de apresentar a versão de Le Corbusier como consensual.”(HOLSTON, 2010, p 46)

Porém, por mais que as funções da Carta de Atenas tenham sido implementadas de forma clara em Brasília, havia imbuído na cidade um elemento que, em grande medida, escapava às intenções generalizantes e desistoricizantes de Le Corbusier: o simbolismo e o propósito. O simbolismo referente à democracia, referente à mudança total. Evidente que as idéias modernistas mobilizavam o interesse pela transformação, a padronização das fachadas para eliminação das discrepâncias aparentes na estratificação de classes, a criação de vias para fácil e rápida circulação, etc. De fato, as semelhanças, nesse sentido, são incontestáveis, mas como afirma Holston, consolidando a existência das duas diferenças supracitadas:

“A arquitetura de Niemeyer, por exemplo, é nitidamente mais leve e mais icônica que a de Le Corbusier, e o plano de Lucio Costa inclui um centro público – a quinta função, que ainda não havia sido definida quando Le Corbusier criou suas cidades ideais.”(HOLSTON, 2010, p 38)

A arquitetura “icônica” de Niemeyer é exatamente aquilo a que se refere quando se fala sobre o simbolismo da cidade, além, claro, das elaborações de Costa em termos de urbanismo. Brasília está imbuída de valores, valores interessados e previamente avaliados que não podem ser dissociados da capital, por mais que se tente adequá-la *ipsis litteris* aos princípios cunhados na Carta de Atenas.

Curiosamente, James Holston também comenta um segundo movimento de desistoricização, mas agora em momento distinto e com objetivo também diferente. Afirma que Lucio Costa, em seu relatório, parece tentar naturalizar a origem do projeto de Brasília, descontextualizando-o do modernismo e até mesmo desvinculando-o das idéias dos CIAM. As propostas de mudanças sociais não são assumidas abertamente pelo urbanista, por mais que, em uma análise mesmo que não muito cuidadosa, saltem à vista. O faz não para ocultar seus propósitos, prossegue Holston, mas para tentar imbuir

a cidade de um espírito quase divino, como se seu surgimento estivesse vinculado a um evento profético e inigualável, independente dos interesses e vontades humanas. Diz Costa ao se apresentar ao júri do concurso:

“Não pretendia competir e, na verdade, não concorro; apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta.”(COSTA, 1957, Relatório do Plano Piloto)

Esse posicionamento de Costa faz com que as dimensões já “messiânicas” – como Holston adjetiva o caráter da cidade em determinados momentos – que caracterizam Brasília materialmente, em projeto urbano e arquitetônico, atinjam um espectro ainda maior e mais efetivo: o das idéias. É nessa naturalização da proposta que o feio pode tornar-se belo, o fraco pode tornar-se forte e mesmo o azul ser visto como roxo, por exemplo. Em outras palavras, a capacidade de convencimento, de tornar, com esse procedimento naturalizante, as idéias tão aceitáveis e interessantes quanto se pretendesse. A construção de um imaginário sobre a cidade não se dá apenas em sua apropriação, vivência ou observação, mas também no próprio discurso que se faz sobre o lugar em questão; o que é particularmente importante no caso de Brasília, dado o contexto e a história que a caracterizam.

As dimensões de *urbs* e *civitas* se agregam para definir a cidade, mas independentemente da sua efetivação material, suas prerrogativas ideológicas podem se manter quase intocadas com o passar do tempo. Por mais que o traçado seja alterado ou os edifícios modificados, o discurso que permeou – e permeia – Brasília é potencialmente eterno – por maiores ou menores que sejam os ruídos e/ou alterações que lhe possam afetar –, conquanto o universo consensual continue sua dinâmica de difusão e recriação constante.

O caminho para a realização

Outra crítica que Holston desenvolve sobre a nova capital se refere exatamente às proposições feitas no princípio deste texto: a desilusão, a utopia e a pertinência – em termos de aplicabilidade contemporânea – deste termo.

Começamos tratando da rua. Ou melhor, da sua ausência. Na verdade, a rua como via pavimentada, asfalto, cimento ou qualquer outro tipo de calçamento, existe, obviamente, em Brasília. O que não há na cidade, conforme a análise desenvolvida por Holston, é a rua tradicional, definida não como um local somente físico, mas como um espaço público no qual ocorrem interações sociais e onde os indivíduos se encontram. A eliminação desse elemento, assim como a da esquina – que para o autor em questão também possui grande relevância na configuração urbana –, gera um desequilíbrio de poder entre pedestres e veículos e, além disso, um vácuo espacial que não estimula as interações entre as pessoas, mas sim uma espécie de isolamento polido.

É como se o que antes era a rua, marcada pela via de circulação veicular, as calçadas para circulação e interação das pessoas, esquinas, onde pedestres, de toda forma – sob a perspectiva das cidades tradicionais⁵ –, mantinham boa parte das interações sociais – como evidencia, por exemplo, William Foote Whyte (2005) em sua etnografia “Sociedade de Esquina” ao estudar um grupo de jovens de uma região de Boston no final da década de trinta⁶ – e também onde poderiam atravessar as vias de veículos, exercendo, em alguma medida, seu poder sobre estes, e as fachadas dos prédios – com comércio, restaurantes, residências e uma profusão de pessoas e ações em curso – se tornasse meramente, e funcionalmente, um espaço expresso para o ir e vir de veículos.

Não se nega o peso da rua na configuração de uma cidade e, conseqüentemente, em sua caracterização. Além de endereços e referências, são as ruas que permitem o ir e vir, os encontros e a apropriação do urbano pelas experiências individuais e coletivas. A influência que o traçado das ruas pode ter sobre o comportamento das pessoas de determinada cidade é bastante relevante. Uma cidade com ruas estreitas e breves quarteirões dificilmente permitiria que carros se movessem em alta velocidade, assim como em uma cidade com vias asfaltadas sem que sejam ladeadas por calçamento mais elevado indica que não são desejados pedestres naquele local. A intencionalidade da

⁵ As “cidades tradicionais” às quais se refere aqui são as cidades pré-industriais, caracterizadas por ruas corredor com fachadas, rua em nível inferior ao de pavimento para pedestres, clara dicotomização entre o público e o privado e fundamentalmente com formas definidas pelos processos privados que se desenvolvem em seu âmbito. Vale lembrar que a noção de “cidades orgânicas” é distinta. Refere-se a cidades que se desenvolvem independentemente da mobilização do Estado, num processo desorganizado de organização e construção.

⁶ Em 1937, William Foote Whyte passou a frequentar um bairro pobre italiano de Boston com o objetivo de estudar esse conjunto social por meio da observação participante. Entre muitas conclusões às quais chegou, aponta a importância da esquina para a socialização e interação entre os indivíduos da comunidade. Inclusive, batizou, para não revelar a localidade exata onde efetuou seus estudos, o bairro de “Cornerville” – ou “vila de/da esquina”.

cidade e as preocupações e prioridades que nela existem saltam aos olhos quando a observamos com atenção. Em um meio urbano repleto de semáforos acionados por pedestres, calçadas alinhadas, com destinos objetivos, acessíveis, passarelas bem localizadas e cuidadas, faixas de travessia bem posicionadas, etc, seria fácil dizer que o poder do pedestre e a sua capacidade de circulação e apropriação da cidade são elevados. Por outro lado, quando esses elementos são submetidos a uma priorização da fácil e rápida circulação automobilística, a balança se inverte. Esse segundo caso é o que Holston aponta como sendo a situação da proposta inicial de Lucio Costa para Brasília, seguindo fundamentos modernistas.

“Em outras cidades brasileiras, o pedestre anda até a esquina de qualquer rua, espera o farol, e com alguma segurança se aventura até o outro lado. Em Brasília, onde o balão ou o trevo substituem a esquina – não havendo, portanto, cruzamentos que distribuem os direitos de passagem entre os pedestres e o carro –, o perigo é nitidamente maior. O balanço de forças que daí resulta tende simplesmente a eliminar o pedestre: quem pode, usa o automóvel. A ausência do rito de passagem das esquinas só vem indicar aqui um dos traços mais distintivos e radicais da modernidade de Brasília: a ausência das ruas. Brasília substitui a rua por vias expressas e becos residenciais; o pedestre pelo automóvel; e o sistema de espaços públicos que as ruas tradicionalmente estabelecem é substituído pela visão de um urbanismo moderno e messiânico.”(HOLSTON, 2010, p 109)

Para alcançar os objetivos transformadores da idealização e do discurso de Brasília e atender aos princípios modernistas, a rua, que marca o traçado da cidade dita “típica” e caracteriza o passado que a nova capital tem por finalidade superar, se coloca como fator a ser eliminado tal qual existe comumente, afirma Holston. Tendo isso em vista, prossegue:

“Na escala de uma cidade inteira, assim, realiza-se um dos mais fundamentais objetivos urbanísticos da arquitetura moderna: o de redefinir a função urbana do trânsito, eliminando o que ela chama de “rua-corredor”, a rua delineada por fachadas contínuas de prédios. Ao criticar as cidades e a sociedade que o capitalismo criou, a arquitetura moderna considera a eliminação da rua um pré-requisito para a organização urbana moderna. Condena a rua por várias razões. De um lado, encara a rua-corredor como um foco de doenças. De outro, considera a rua um impedimento para o progresso, pois não é capaz de acomodar as necessidades da era da máquina.”(HOLSTON, 2010, p 109)

E explica mais ao dizer:

“No gênero de cidade que o modernismo condena, a rua é ao mesmo tempo um tipo específico de lugar e um âmbito da vida pública. A organização arquitetônica desse âmbito estrutura toda a paisagem urbana por meio de um contraste entre o espaço público e o edifício privado. Dando forma a esse contraste, a rua incorpora o conceito do público, definido em contraste com o privado. Assim, a rua não é apenas um lugar onde ocorrem vários tipos de atividade. Também corporifica um princípio de ordem arquitetônica mediante o qual a esfera pública da vida civil é ao mesmo tempo representada e constituída.”(HOLSTON, 2010, p 111)

E indo ao encontro de Holston, Vidal traz uma passagem importante:

“Nessa perspectiva, para obrigar os habitantes a mudar suas práticas urbanas, Lucio Costa imagina duas soluções: a primeira consiste em suprimir a rua como lugar de trocas sociais.”(VIDAL, 2009, p 223)

A segunda solução a ser mencionada por Vidal é referente à sugestão de solução para o crescimento populacional no Plano Piloto – as Cidades Satélites⁷.

Para além dos elementos da rua que foram descritos acima, há também as fachadas. A fachada se define como a fronteira entre o interior e o exterior, a casa e a rua, o privado e o público. Essa relação que se dá inicialmente por uma percepção simplesmente visual, mas que está imbuída de significado, é uma característica das cidades tradicionais citada por Holston.

Analisando com mais atenção o Rio de Janeiro do século XIX, o autor em questão aponta como a fachada não é simplesmente uma limitação física entre lugares de dentro e de fora, mas sim “de um lado, a parede exterior do domínio privado e, de outro, a parede interior do âmbito público.”(HOLSTON, 2010, p 125). É na fachada, nas janelas voltadas para fora, nas pessoas que transitam pela calçada, tangenciando o limiar entre o público e o privado, que muitas das interações se manifestam, seja pela observação dos que passam, do que acontece ou das próprias fachadas, seja pelo contato deliberado que ocorre entre os indivíduos.

As fachadas são também uma forma de expressão para o privado se manifestar diante do público. Detalhes, adereços, esculturas, enfim, há uma profusão de maneiras pelas quais se constrói a imagem do privado para além de seu interior, manifestando-o nas fachadas. A aparência dos edifícios varia entre si e muitas vezes é possível

⁷ Assim denominadas as cidades que deveriam ser criadas ao redor de Brasília para abrigar a população que excedesse o limite de habitantes estabelecido para o Plano Piloto.

especular sobre o que ali ocorre ou os que ali habitam meramente ao se avistar a fachada, quando não por simplesmente conhecer a rua onde se situa – partindo de representações sociais e concepções individuais.

Em Brasília, entretanto, em um primeiro momento, as fachadas foram re-significadas conforme os princípios modernistas e os objetivos de transformação social a qual se propunha a cidade. As fachadas foram eliminadas. Elas deixam de estar presentes – assim como a rua em sua concepção tradicional – e dão lugar a grandes espaços vazios e a edifícios semelhantes, cujos moradores não podem ser hierarquizados socialmente pela simples observação dos prédios.

A similaridade nos edifícios das superquadras⁸ é proposital. A busca por uma idealizada não-segregação espacial na qual a convivência entre indivíduos de diferentes estratos sociais seria não só possível em estruturas residenciais semelhantes, como também fomentada pela configuração urbanística e impassível de preconceitos visuais referentes à aparência da moradia.

A escala definida para os edifícios residenciais e para os prédios públicos, assim como a proposital semelhança entre estes e o planejamento dos blocos residenciais com pilotis⁹, também não ocorreram por acaso. A elevação dos prédios com aberturas livres para passantes tornava – e torna – possível a livre circulação de pedestres, mantendo o caminho livre e desimpedido, sem que a dimensão privada possa delinear os rumos e definir onde os indivíduos podem ou não circular. Esse elemento é essencial para pensarmos a apropriação peculiar do espaço urbano que pode ser exercida nas áreas residenciais de Brasília. Buscando atender simultaneamente o ideal proposto para a cidade e os princípios modernista, de fato tentou-se eliminar a dimensão privada – caracterizada, na rua, pelas fachadas e pela segregação entre o privado e o público – da vivência e da visualização urbanas, dando à cidade um aspecto de totalidade pública.

Saturar a cidade com uma única escala – tanto para edifícios residenciais como para os públicos, apesar de suas diferenças e particularidades – foi uma solução vista como adequada à época, auxiliando nesse disfarce visual conforme permitia se fazer crer que as diferenças sócio-econômicas ficariam, assim, sem se manifestar para o domínio público, impedindo, conseqüentemente, a apresentação de distinções.

⁸ “Superquadra” foi o nome dado por Lucio Costa às “unidades de vizinhança” residenciais em Brasília. Ela se caracteriza por ser uma unidade específica formada por diversas células habitacionais – residências – que, no caso, são edifícios de até seis pavimentos. Ver fig. 02 e fig. 03.

⁹ *Pilotis* é um sistema construtivo no qual o edifício permanece suspenso do solo por um conjunto de pilares ou colunas, de forma que seu nível térreo permaneça aberto e transponível.

Não se pode, entretanto, se enganar quanto à existência ou não das distinções sócio-econômicas na cidade. Conforme Lucio Costa deixa claro, elas continuariam existindo e isso estava bastante presente enquanto o urbanista pensava a cidade. A questão era fazer com que essas diferenças não desenhasssem a organização e a imagem de Brasília, mantendo-se numa dimensão que não alcançasse as vistas de forma a anular um potencial preconceito ou segregação.

Mudanças semelhantes ocorreram também no que diz respeito ao comércio. Em uma cidade tradicional, como as cidades brasileiras pré-industriais, residências e comércio se misturam de forma relativamente indiscriminada, ocupando espaços lado a lado conforme formam os corredores para as vias de circulação de veículos e pedestres. Estão juntos, postos de forma amalgamada no meio urbano.

Brasília foge a essa regra. Tanto para eliminar a rua, como para atender a princípios funcionais, a cidade é setorizada e tem cada local especificamente organizado para executar determinadas funções. No caso do comércio – que na nova capital foi, originalmente, colocado à parte das residências –, houve a intenção de se eliminar também as fachadas.

Tendo em vista a configuração das superquadras, o que seria a frente – a fachada¹⁰ – dos estabelecimentos comerciais permaneceria voltada para o interior das quadras, de costas para as vias – rua¹¹ – e com acesso direto pela área residencial, enquanto que a área de trás dos comércios ficaria à beira da via, tendo como propósito servir como estacionamento e zona de carga e descarga.

Mais uma vez, esse movimento se apresentava no sentido de eliminar a face do privado diante do público, descaracterizando o comércio e contribuindo para a eliminação do espaço de interação social que é a rua. Afinal, com a fachada voltada para o interior das áreas residenciais e tendo como via de acesso jardins públicos, Costa acreditava ser possível, de fato, enclausurar as possibilidades do espaço e anular sua capacidade de fomentar a interação entre os indivíduos e a reprodução do agir urbano tradicional.

¹⁰ O termo “fachada” não é utilizado aqui de forma ostensiva por não haver referência ao mesmo no projeto do Plano Piloto ou dos edifícios. Na verdade, surge somente como um referencial para ancorar mais claramente uma idéia a uma imagem.

¹¹ O termo “rua” não é utilizado aqui de forma ostensiva por não haver referência ao mesmo no projeto do Plano Piloto. Na verdade, surge somente como um referencial para ancorar mais claramente uma idéia a uma imagem.

É dessa maneira que Brasília se desenha modernamente. Nas configurações delineadas pelo urbanista, suas vias contínuas e expressas, somadas à descaracterização da rua, da anulação da possibilidade da manifestação do privado para o exterior público, no re-ordenamento da relação entre comércio, via e residência, na estipulação de uma escala monumental permanente e generalizada, na busca por um espaço público total, buscou-se reconstruir uma sociedade ao mesmo tempo em que a própria cidade era um monumento a essa reconstrução pautada em uma ideologia de desenvolvimento e modernização.

É no documento intitulado “Brasília Revisitada”¹², entretanto, que Lucio Costa (1987) apresenta argumentos claros que, em alguma medida, contrapõem-se às afirmações de Holston quanto às finalidades e potenciais intenções da cidade. É justo e adequado relevar tais posicionamentos, permitindo que as possibilidades sejam abarcadas e percebidas de forma mais ampla, auxiliando no processo de tentar compreender as representações referentes a Brasília.

Diferentemente do que afirma James Holston, a nova capital não é, necessariamente, uma cidade projetada para eliminar interações, impossibilitar o encontro das pessoas e gerar uma prevalência do veículo sobre o pedestre. A concepção de Costa é mais ampla e, conforme o próprio urbanista deixa claro, condicionada à realidade histórica que vivia à época da seleção do projeto. Seus planos para Brasília e a realidade que de fato se construiu – o que veremos mais adiante neste trabalho – foram, porém, distintos em vários aspectos, tal qual aponta Holston.

Naquele momento, justifica Costa, o Rio de Janeiro – até então a capital federal – vivia uma situação crítica em termos de trânsito de veículos. Grandes congestionamentos eram comuns e as pessoas permaneciam horas presas nos caminhos, sem que alternativas pudessem ser alcançadas. Esse problema era marcante e, por consequência, não escaparia às prioridades ao se pensar uma nova cidade, criada do zero, que poderia, desde a sua origem, ser planejada para superar esse tipo de tragédia urbana. Logo, pensar soluções viárias, com pistas contínuas, tentando eliminar cruzamentos e gerando pistas que poderiam levar automóveis com facilidade e velocidade de um ponto a outro não era necessariamente uma busca pela neutralização da rua ou de hierarquizar os veículos como preferenciais em relação aos indivíduos. Tendo isso surgido como consequência ou não, sugere-se no discurso como uma

¹² Documento apresentado por Lucio Costa ao Governo do Distrito Federal e presente como Anexo I do Decreto nº 10.829/1987 – GDF.

proposta de solução para um problema real da capital brasileira antecessora, não uma elaboração intencional de desvalorização ou enclausuramento do pedestre. As perspectivas de um período histórico não podem ser transplantadas para uma análise justificacional de outro, correndo o risco de gerar um argumento por consequência, uma falácia – sem que também se possa incorrer em uma situação de *post hoc*¹³.

Evidentemente que esse problema, vivido regionalmente, foi também ao encontro de um processo que se consolidava nacionalmente: a industrialização e o ideário desenvolvimentista. A indústria automobilística estava em pleno desenvolvimento. Carros estavam na linha de frente e marcavam esse novo período de forma emblemática. Brasília não poderia, fundamentalmente, escapar ao seu tempo, dada sua importância simbólica e o que deveria representar para todo o conjunto do povo brasileiro. Era, de toda forma, um projeto político.

As escalas apresentadas por Lucio Costa – residencial, monumental, bucólica e gregária – e a explicação referente a cada uma delas também são de extrema relevância para a observação compreensiva da cidade e uma análise mais crítica das proposições de Holston.

A escala monumental refere-se às projeções arquitetônicas do Eixo Monumental – que não à toa foi batizado de tal maneira – e tem, inclusive, como marca característica o destaque vertical dos edifícios em relação ao restante do Plano Piloto. Conforme afirma Lucio Costa, a escala monumental é, além de tudo, o que “conferiu à capital nascente, desde seus primórdios, a marca inelutável de efetiva capital do país”(Brasília Revisitada, COSTA, 1987). Ou seja, a respectiva escala tem por finalidade última consagrar Brasília como, de fato, capital.

A escala residencial é exposta da seguinte maneira por Costa:

“A escala residencial, com a proposta inovadora da Superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras.”(Brasília Revisitada, COSTA, 1987)

¹³ Ambas são falácias. A primeira indica uma situação na qual a estrutura lógica coloca uma premissa como diretamente dependente da consequência, de forma que simplesmente pelo fato de a consequência ser verdadeira, pode-se dizer o mesmo da premissa. A segunda indica uma situação na qual se argumenta que o fato de um evento ter ocorrido em seguida de outro, significa que o segundo é consequência do primeiro. Aponta-se a falsidade dessa afirmação pelo fato de que causalidade é diferente de correlação ou cronologia.

E de fato o é. Conforme evidenciou-se anteriormente, a capital federal foi proposta como articuladora e símbolo de transformação das significações e representações, além de também carregar consigo um potencial de mudança mais generalizado, anunciando uma possível, imaginava-se, inspiração que alcançasse todo o país, não só o centro-oeste.

A escala residencial é talvez a mais marcante entre seus pares porque é imaginada e implementada para incidir objetivamente sobre a vida dos indivíduos. Todas têm, em última instância, esse potencial e esse foco, mas é nessa escala que os esforços se concentram com mais tenacidade, visto que traz – tal qual afirma Costa – “uma maneira nova de viver”.

No caso da escala gregária, prevista para a área central da cidade, no ponto onde os eixos se cruzam, nas proximidades da plataforma rodoviária, Costa havia imaginado “um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro” (Brasília Revisitada, COSTA, 1987), ou seja, um local de grande circulação e constante interação entre os indivíduos, de maneira que seria o principal pólo de contato entre as pessoas.

Por fim, Costa apresenta a escala bucólica, que além de ter como objetivo delimitar a cidade com áreas abertas, livres e arborizadas – ao invés de cercas, muros e corredores edificados – propõe-se a, conforme disse o urbanista em uma entrevista publicada no site de arquitetura e urbanismo Vitruvius:

“O gramado é um lugar mais para uso, não um gramado daquele tipo “não pise na grama“, ao contrário “pise na grama”, um gramado para você usar, como se fosse um tapete verde, as pessoas sentam, põem suas cadeiras aí se quiserem, deitam, ficam ali, usam, brincam a vontade!”(COSTA, Entrevista, 2009)

Quando Costa cria as escalas, as superquadras e os elementos que deveriam ser implementados na cidade, fica claro em seu discurso que não se propunha a criar uma cidade de isolamento, uma cidade de segregação, apesar de circunscrever previamente determinados acontecimentos a espaços específicos. Na verdade, tinha em mente um ambiente mais humano e agradável, de convivência pacífica e livre, mas bastante distinto daquele comum aos grandes centros urbanos já existentes no Brasil e de suas respectivas características. O “brasiliense” de Costa – o habitante que parece imaginar para Brasília – sugere-se como um indivíduo bastante idealizado, propício ao fácil trato

com os outros habitantes e suscetível a se apropriar dos elementos e equipamentos disponibilizados pelo espaço urbano, a conviver no domínio público e utilizar com consciência os espaços livres traçados pelo urbanista por toda a cidade como se tudo isso lhe fosse natural.

A utopia – como muitos preferem afirmar – de Brasília talvez resida aí. Não na cidade, mas na imagem do urbanista sobre seus habitantes, seus costumes, representações e potencialidades, o que acaba, necessariamente, condicionando o planejamento. Holston aponta esse paradoxo quando fala da discrepância entre a mudança de comportamento e de significação propostos pela cidade e a realidade nacional. Evidentemente, quando pensamos no projeto original, a consequência jaz no delineamento da nova capital. Ao mesmo tempo, as consequências do descompasso entre as idéias do planejamento e dos governantes e habitantes saltam à vista ao se observar a Brasília contemporânea e os novos – e os não tão novos – padrões de apropriação e ocupação da cidade projetada e do solo não habitado que se fizeram na capital.

A Brasília habitada

A cidade foi inaugurada em 1960 e, com isso, o projeto começou a ser ocupado e transformado em realidade. Realidade porque sem habitantes, uma cidade não se constitui como tal, mas permanece somente como um conjunto de ruas, prédios e, em alguns casos, intenções. A implementação de Brasília, porém, desde sua construção, sofreu modificações diversas. Segue, por isso, um breve e sucinto panorama das diversas alterações que se manifestaram, seja pelas ações da população ou dos governos que se seguiram, na capital federal desde sua inauguração.

William Holford, membro da comissão julgadora do concurso, em nome da banca, explicitou algumas observações quanto a modificações que seriam interessantes que se efetivassem no projeto original para que fosse executado.

As observações, conforme aponta Antonio Carlos Cabral Carpintero¹⁴, foram:

¹⁴ Antonio Carlos Cabral Carpintero é, atualmente, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. É autor da tese “Brasília-prática e teoria urbanística no Brasil: 1956-1998”, uma referência nos estudos relacionados à capital federal.

- Demasiada quantidade indiscriminada de terra entre o centro governamental e o lago.
- O aeroporto talvez tenha de ser mais afastado.
- A parte mais longínqua do lago e as penínsulas não são utilizadas para habitações.
- Não-especificação do tipo de estradas regionais, especialmente com relação a possíveis cidades-satélites.

Essas observações foram acatadas pela Novacap¹⁵ e começaram a ser implementadas assim que as obras tiveram início. O aeroporto, por exemplo, realmente teve de ser deslocado, visto que o local definido por Costa não teria extensão suficiente para receber as pistas e os edifícios que deveriam ser construídos ainda ficariam muito próximos à área residencial

Para atender à primeira observação, todo o Plano Piloto sofreu uma drástica modificação. O conjunto da cidade, para eliminar a dimensão do terreno desocupado entre o lago e a Praça dos Três Poderes, foi deslocado para o leste cerca de oitocentos metros, mantendo o Eixo Monumental sobre o divisor de águas. Apesar desse deslocamento, afirma Carpintero, não houve cuidado suficiente com relação ao estudo e à adaptação topográficos, surgindo a necessidade de aterros e reajustes, afetando diretamente o posicionamento da rodoviária e dos setores adjacentes. Seguindo essas transformações no projeto original, Carpintero aponta uma sequência de mudanças que foram implementadas, alterando de forma demasiada o planejamento de Costa:

“Houve um substancial acréscimo de áreas para ocupação, principalmente residencial. Os 500 mil habitantes propostos no concurso – na carta da Novacap aos concorrentes, pois o edital foi omissivo – foram esquecidos. A companhia não apenas deslocou as residências unifamiliares, propostas pelo urbanista, para a outra margem do lago como acrescentou um grande número de lotes para esse fim (lago sul e norte), criou uma grande área com lotes de 20.000m² (os setores de mansões) e abriu em seguida a cidade satélite de Taguatinga (1959). Mais que isso, no próprio Plano Piloto de Brasília criou um setor de residências individuais geminadas (casas da W3) em local previsto para granjas, hortas e pomares, além de toda uma nova faixa de superquadras econômicas (as 400), sem falar das áreas do centro urbano que foram grandemente ampliadas (setores de autarquias, rádio e televisão). Esses acréscimos de áreas

¹⁵ A Novacap – Companhia urbanizadora da nova capital – surgiu para a construção de Brasília. No princípio, tinha seus atos diretamente vinculados à Presidência da República.

resultam também, em certa medida, das omissões do Edital (que não estabeleceu programa de necessidades da cidade).”(CARPINTERO, 2003, Jornal do CREA, ano IV, no. 33)¹⁶

Carpintero ainda complementa, no mesmo texto, suas afirmações com a seguinte observação:

“Todas essas alterações estão na raiz de diversos dos atuais problemas da cidade. Importante é observar que se trataram de modificações ocorridas antes da ocupação, portanto, decorrem de decisões da Novacap, não de necessidades dos ocupantes.” (CARPINTERO, 2003, Jornal do CREA, ano IV, no. 33)

As modificações às quais foi submetido o projeto de Costa são, como se pôde observar, profundas e, em grande medida, descaracterizadoras da proposição inicial. Esse fato, somado às modificações posteriores, efetuadas pelos próprios moradores ou pelo governo do Distrito Federal, somaram-se para modificar Brasília, transformando-a na cidade que temos contemporaneamente e a qual temos por objetivo as representações sociais analisar.

A obra de James Holston, anteriormente apresentada, enfatiza a morte da rua como um objetivo do projeto do Plano Piloto. Afirma também, entretanto, que por mais que tenha havido esse propósito, ele não foi alcançado. Os habitantes da cidade, naturais de outras cidades e, conseqüentemente, acostumados com um modelo de vida e práticas sociais distintos dos que Costa supunha como necessários ao projeto modernista não agiram conforme o urbanista imaginara e idealizara que deveria ocorrer.

Por mais plausível que seja pensar no potencial de uma cidade para influenciar o comportamento dos indivíduos, é de fato, indica Holston, praticamente impossível que isso aconteça de forma total¹⁷, principalmente se analisarmos o caso de Brasília, cidade que teve seus habitantes trazidos, já adultos e acostumados com determinado tipo de vida urbana, para lá se estabelecerem. Criados em cidades tradicionais e acostumados com a vivência desse tipo de meio urbano, os recém-chegados moradores não se apropriaram dos elementos já existentes de acordo com a predisposição específica que lhes havia sido destinada.

¹⁶ Em Brasília, os endereços seguem pontos cardeais. Dessa forma, as letras “L”, “S” e “N” se referem, respectivamente, a “Leste”, “Sul” e “Norte”. O “W”, por sua vez, faz referência à palavra “West”, “Oeste” em língua inglesa.

¹⁷ Instituições totais são aquelas que dominam os indivíduos que as compõem de forma absoluta, doutrinando-os e determinando-lhes elementos identitários e minimamente individuais. As interações sociais e suas vidas passam a ser controladas e substituídas por categorias da própria instituição.

O exemplo mais claro disso, aponta James Holston, é o caso dos comércios locais:

“A anti-rua desses setores demonstrou-se, contudo, insustentável. Desafiando o plano piloto, os moradores a rejeitaram. Alguns urbanistas argumentam que, como a cidade não estava acabada no momento de sua inauguração, a visão total do plano não pôde ser implementada, ou apreciada em si mesma. Entretanto, a verdadeira explicação para esse fracasso é talvez menos apocalíptica. Os primeiros moradores das superquadras rejeitaram a “anti-rua” simplesmente porque esta contradizia a prática social. Constituindo uma amostra de funcionários burocráticos de vários níveis sociais, esses ocupantes vinham predominantemente do Brasil urbano, onde a rua é o centro da atividade pública. Acostumados ao movimento da rua, logo perceberam e repudiaram as intenções radicais do plano piloto. Recusaram as entradas nas unidades comerciais pelo jardim, propostas pelo plano, e transformaram a parte dos fundos dos edifícios, onde ficaria a área de serviço, na frente das lojas. Associados com o tráfego, a calçada e o movimento, os fundos das lojas foram percebidos como áreas familiares de intercâmbio e de sociabilidade. Em consequência, o hábito reproduziu, na prática, a rua que se pretendia negar arquitetonicamente.”(HOLSTON, 2010, p 144-145)

Como fica bastante claro, houve uma incompatibilidade entre o meio – o projeto urbano e seus fins e características definidos – e os habitantes – provenientes, em sua maioria, de centros urbanos nos quais possuíam práticas sociais e representações já consolidados. Esse choque foi maior no primeiro contato, mas mais tarde, e com o surgimento das gerações nascidas em Brasília e o assentamento dos novos moradores de maneira mais efetiva, reduziu-se e possibilitou uma apropriação menos dolorosa, apesar de ainda diferente daquilo que Costa havia idealizado. Para Holston, a transformação completa de Brasília em uma cidade espontânea, tradicional, pelos moradores era – é – na verdade impossível, visto que a cidade nunca possuiu um real sistema de ruas e jamais poderia, com exceção de casos isolados – como em quadras mais antigas da Asa Sul –, recriar com perfeição ou em grande escala o ambiente urbano do qual os novos habitantes provinham.

Além disso, houve ocupação de áreas no âmbito do Plano Piloto por pioneiros no local original ou próximo dos acampamentos nos quais haviam sido acomodados, o que estava absolutamente fora de cogitação ao lembrarmos o projeto inicial da capital. A Vila Planalto e a Vila Telebrasília, por exemplo, estão ambas localizadas no interior da cidade. A primeira está incrustada próxima à residência presidencial, enquanto que a segunda está no final da Asa Sul, à beira da via L4, ocupando um local à beira do Lago

Paranoá, de frente para o Lago Sul. O caso da Vila Planalto é, entretanto, o mais emblemático, como explica Christiane Machado Coelho:

“O direito que os moradores locais tiveram inicialmente de residir nesse espaço foi substituído por um não-direito. A ilegalidade da ocupação de Vila Planalto tornou-se cada vez mais acentuada, contribuindo para a formação de uma imagem negativa desse local, vigente até o momento de sua regularização e reconhecimento como patrimônio do Distrito Federal em 1988.”(COELHO, 2008, p 72)

E então completa:

“O caso de Vila Planalto parece se opor à idéia de planificação controlada de todo território urbano de Brasília, pois trata-se de um espaço que não estava previsto no plano originário da cidade e que conseguiu se consolidar no centro da capital.”(COELHO, 2008, p 73)

Alterações viárias mais recentes buscando a melhor acomodação do tráfego na capital das mais diversas ocorreram. Para citar algumas, a construção da passagem subterrânea ligando o acesso ao eixo rodoviário residencial sul – DF-002 – à Estrada Parque Dom Bosco, a ampliação e reconfiguração da Via Epia – DF-003 –, a repaginação de um dos acessos da via L2 sul à via L4 sul, enfim, há uma grande quantidade de exemplos que poderiam ser citados, mas não se pode esquecer também da implementação do transporte metroviário e do projeto do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), atualmente à espera de um parecer judicial favorável para que tenha as obras retomadas.

Essencialmente, é válido ressaltar, a idealização de Lucio Costa de uma cidade de fluxo livre de veículos, na qual seria possível percorrer com facilidade e velocidade os espaços para chegar onde se desejava. Esse modelo só se sustentou por algum tempo. Em 1973, Brasília possuía somente um sinal. De fato, a própria cidade, com vias largas e vazias, convidava ao uso de automóveis e permitia que o deslocamento fosse simples e rápido. Essa realidade não durou. Nos anos que se seguiram, conforme avançava o crescimento veloz da população, mudanças tiveram de ser aplicadas à cidade. Novos semáforos foram gradualmente sendo instalados, viadutos foram construídos em diversos pontos da cidade, pistas – como as vias do Lago Sul – foram alargadas, permitindo um maior fluxo de veículos em detrimento do canteiro central, retornos

tiveram de ser criados – vias L2 e W3 – para atender às necessidades dos veículos e, nos dias de hoje, a enorme quantidade de radares eletrônicos espalhados pela cidade também evidencia como a Brasília projetada para que melhor se fluísse com veículos foi, na verdade, submetida a esses mesmos veículos que pretendia atender. Atualmente há uma proporção de um veículo para 2,8 pessoas no Distrito Federal¹⁸.

Outro fenômeno que muito preocupou Lucio Costa e para o qual, inclusive, propôs uma possibilidade de solução em seu texto “Brasília Revisitada”¹⁹, foi o crescimento populacional da região.

A sugestão inicial referente à criação das Cidades Satélites acabou não se fazendo conforme o urbanista desejava, mas sim de forma quase espontânea e num movimento pelo qual o governo tentou expulsar do projeto inicial uma grande parcela da população mais carente que aqui vivia, majoritariamente composta por pioneiros que participaram da construção da nova capital. Hoje essas cidades contam com um número de habitantes extremamente grande, entre as quais podemos destacar Taguatinga e Ceilândia.

“De um modo geral, o rápido crescimento urbano vem acompanhado da desorganização espacial, chegando mesmo ao crescimento caótico das cidades. Em Brasília, no entanto, há dois aspectos particulares: o processo foi deflagrado pela ação do Governo Federal, ao dinamizar a construção da cidade; esse crescimento ocorreu juntamente com a implantação do projeto de ordenação espacial da cidade. O resultado é que esse extraordinário crescimento não é absorvido nos limites do plano (Plano Piloto). A cidade que estava sendo construída tinha já, a priori, a destinação do seu centro à função de capital e local de residência da população a ela ligada, bem como as funções para tanto necessárias. A população migrante formava favelas e acampamentos no espaço em construção. Para abrigar essa população foram criados núcleos periféricos ao Plano Piloto, como solução para impedir o crescimento desordenado no centro. Esses núcleos foram criados quase que simultaneamente à cidade.”(FERREIRA, 2010, p 72)

¹⁸ SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social. IPEA. Mobilidade Urbana. 24 de janeiro de 2011. Governo Federal.

¹⁹ “Uma vez assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação — predominantemente residencial — em áreas próximas do “Plano Piloto”, ou seja, na bacia do Paranoá, e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade parque — “derramada e concisa” — sugerida como traço urbano diferenciador da capital. Como já foi mencionado, a primeira proposição neste sentido foi a implantação intermitente de seqüências de Quadras Econômicas ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades satélites. A proposta visou aproximar de Brasília as populações de menor renda, hoje praticamente expulsas da cidade — apesar da intenção do plano original ter sido a oposta — e, ao mesmo tempo, dar também a elas acesso à maneira de viver própria da cidade e introduzida pela superquadra.” Lucio Costa, Brasília Revisitada, 1987.

Um outro processo que também contribuiu para o crescimento da população do Distrito Federal e, conseqüentemente, afetou os usos e necessidades do Plano Piloto de Brasília, foi a ocupação desordenada do solo que, efetuada largamente de forma ilegal ou irregular tanto por indivíduos de classes sociais menos privilegiadas como também por membros da classe média ou ainda mais abastados, seguiu por muito tempo ignorada pelo governo até que qualquer medida começasse a ser adotada, permitindo aquilo que Lucio Costa dizia que deveria ser evitado e chamou de “alastramento suburbano extenso e rasteiro”. (Brasília Revisitada, COSTA, 1987).

A criação de novos bairros, também mencionados por Lucio Costa neste mesmo documento, seguiu em alguma medida conforme o que se esperava. O “bairro” de Águas Claras, entretanto, destoa completamente do contexto de Brasília, surgindo como uma parede agigantada e irregular no horizonte da capital, composta por enormes prédios de “*gated communities*”²⁰, tal qual os, ainda em construção, conjuntos de prédios situados próximos à Via Epia – mais especificamente o “Park Sul Prime Residence” –, cuja propaganda anuncia, enaltecendo a qualidade do isolamento deliberadamente planejado e almejado: “*Muito mais que um resort.*”²¹.

Após essa perspectiva das mais destacadas transformações às quais foi submetida Brasília e seu projeto inicial, torna-se claro que não se trata mais de uma cidade delimitada exclusivamente por seu planejamento primeiro, mas por toda uma série de acontecimentos que se seguiram – ou acompanharam – sua construção e outros os quais contemporaneamente a modificam de forma profunda. A importância desses elementos para a vida cotidiana do morador da capital é muito grande, visto que os vê e deles faz parte a cada dia, seja em maior ou menor grau. Seria um equívoco deixar essas mudanças de lado e ater-se tão somente à proposta inicial de Brasília se de fato o objetivo é alcançar a percepção – e em certa medida tentar compreendê-la – quanto às representações sociais referentes à cidade.

²⁰ “*Gated communities*” (Comunidades cercadas/ encarceradas) são conjuntos de habitações cercadas por muros ou cercas que se caracterizam também por um foco na preservação da segurança, ou ao menos na sensação de, de seus moradores. Muitas vezes são grandes condomínios, podendo ser verticais(edifícios de muitos pavimentos) ou horizontais(casas unifamiliares).

²¹ “*Resorts*” são locais que funcionam como instâncias turísticas, centros de férias. Caracterizam-se muito comumente por se situarem distantes dos centros urbanos e possuírem uma estrutura completa de entretenimento e lazer. O sítio do exemplo citado pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://www.parksulemarki.com/parksul/index.html>

Capítulo Segundo

Representações sociais

Introdução ao termo

O livro “O bê-a-bá de Brasília”, do jornalista Marcelo Torres, é o exemplo mais recente e evidente de elementos que podem ser explicitados como componentes de uma identidade para a cidade de Brasília. Expressões, palavras, hábitos e peculiaridades da capital e de seus moradores são apresentados nesse compêndio de elementos identitários de Brasília. Como marco essencial para esse entendimento, a obra consegue lidar com a origem diversificada dos moradores da cidade e, simultaneamente, apreender as características no agir e falar que os traduzem, em algum nível de identificação, como “brasiliense” – sem restringir o termo, entretanto, àqueles que nasceram na cidade, mas sim expandindo-o para todos aqueles que possuem um traço de identificação com a capital. É simples concluir que um livro como esse não tomaria forma se uma realidade anterior à sua idealização não existisse. Ele simplesmente evidencia uma situação existente que consolidou-se – mas segue em constante transformação – no dia-a-dia dos habitantes, sendo reconstruída, transformada ou simplesmente reproduzida cotidianamente conforme se vive e se interage no universo consensual.

De que forma cada um desses construtores de realidade – cada um dos habitantes de Brasília – enxergam a capital? Evidente que diferentes formas de perceber e compreender a cidade existem, mas em que medida há um compartilhamento de elementos que compõem essa visão? A equação da relação entre indivíduo e conjunto social pode ser explicada em algum grau? Há alguma forma de perceber quais fatores geram a imagem da cidade de uma maneira conjunta na concepção individual de cada um? Em que medida esse compartilhamento, de fato, se dá por interações sociais? Afinal, uma identidade regional, por assim dizer, se forma coletivamente, ou seja, socialmente.

Se pudéssemos resumir, mesmo que grosseiramente, uma definição para as representações sociais, poder-se-ia dizer que são: um conjunto de imagens, idéias, valores e significados coletivamente – socialmente – compartilhados e construídos e estão em um processo dinâmico e constante de transformação, sendo que são elemento fundamental no processo de comunicação, ao mesmo tempo que são substancialmente compostas por ele. Por tudo isso, são imprescindíveis para o entendimento e a descrição das identidades e do imaginário dos indivíduos e do conjunto social, manifestando-se como “uma atmosfera, em relação ao indivíduo ou ao grupo” (MOSCOVICI, 2010, p 53).

Para Moscovici, as representações sociais são também a tênue e refinada essência que compõe os elos sociais – idéia que, em certa medida, é compartilhada por Durkheim –, dando coerência à sociedade e permitindo a comunicação e o entendimento entre os indivíduos, ao mesmo tempo em que os envolve, disseminando seus significados, imagens e idéias.

“(…) é na obra de Durkheim que se observa um maior interesse por este conceito. O autor distingue as representações individuais, extremamente variáveis e difusas, das representações coletivas, que estão na origem das representações individuais, e explica como se dá a construção do grupo (através de seus modos de pensamento, de sua língua, etc.). Elas preservam a ordem social.(…) Para o autor, esta “representação coletiva” é uma forma de “consciência coletiva”, um “espírito social” que comanda as representações individuais.”(LEGROS, 2007, p 131)

Simultaneamente, contrapondo a possibilidade de que a teoria das representações sociais possa conceber a sociedade como um conjunto de indivíduos homogêneos e, por isso, habilmente preparados para compartilhar idéias e concepções, Moscovici diz:

“A teoria das representações sociais, por outro lado, toma, como ponto de partida, a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade.”(MOSCOVICI, 2010, p 79)

As representações sociais têm também por objetivo, como explicado por Moscovici, tornar familiar aquilo que não é familiar. Isso acontece conforme se

estabelece relações de significado, imagens e símbolos com determinadas idéias, pessoas, situações, lugares, etc. Esse fenômeno – que será mais profundamente detalhado adiante – propicia ao indivíduo compartilhar significados, permitindo-lhe se comunicar – entender e se fazer entendido – e, além disso, eliminar a ameaça que a não-familiaridade proporciona, sobrepujando a insegurança ou dificuldade para lidar com o objeto, situação, etc, em questão. Isso ocorre ao se associar o não-familiar a algo dentro do campo de familiaridade a que se pertence ou se está acostumado, podendo ocorrer num contexto individual ou coletivo.

A idéia inicial das representações sociais não parte de Moscovici. Na verdade, como o próprio autor deixa claro, é em Durkheim que jaz sua inspiração e vislumbre primeiro. Para o francês – que, inclusive, usava o termo “representações coletivas” –, entretanto, a posição desse fenômeno está diferentemente localizada no que se refere ao seu uso para descrever e compreender os fenômenos sociais. Para Durkheim, tendo em vista seu objetivo patente de consolidar a sociologia como disciplina autônoma, as “representações coletivas” deveriam permanecer separadas entre aquelas referentes aos indivíduos e àquelas referentes ao coletivo. Dessa forma, seria possível definir a primeira parte como o campo de conhecimento da psicologia e o segundo, o da sociologia.

Moscovici se posta de maneira distinta quanto a isso. Na verdade, parece interessado em promover um amálgama entre as duas disciplinas, expandindo e catalisando seus potenciais. Apesar de ambos concordarem quanto ao caráter tácito das representações, do fato de não serem uma característica natural do ser humano, tal como olhos ou dentes, e na idéia central de que são um conjunto socialmente compartilhado de elementos exageradamente importantes para a construção e manutenção da vida em sociedade, há uma principal dissonância que vale ser ressaltada.

Durkheim vê as representações como se fossem estáticas, inclusive com o poder de coergir os indivíduos e de promover a integração da sociedade. Para Moscovici, elas são dinâmicas e uma forma de construção, de criação, coletiva, não uma massa pré-ordenada e imposta. Tudo isso tendo-se em mente os respectivos momentos históricos e contextos nos quais estavam inseridos os dois autores.

No momento em que Moscovici discute a idéia de Durkheim de “representações coletivas”, e, para melhor adequá-las à realidade na qual existia, as rebate como “representações sociais”, o faz não simplesmente por motivação semântica, mas também para legitimar a construção de uma nova teoria mais preocupada com os

fenômenos sociais em si, uma representação pautada pela construção de si mesma pelo conjunto social e desvencilhada de uma concepção estática de sociedade.

A origem inegável da noção de “representações coletivas/sociais” é Durkheim. Moscovici em momento algum ignora isso e tampouco tenta ocultar essa raiz. Muito pelo contrário. Deixa bastante evidente esse percurso e enfatiza como simboliza a importância da cooperação e do trabalho conjunto entre sociologia e psicologia, fomentando a psicologia social e uma “psicosociologia”. Evidente que isso nos permite traçar a linha de vida do termo “representações sociais” até um dos mais clássicos autores da ciência sociológica e, dessa forma, apontar seu princípio no âmbito dessa área do conhecimento.

Ao falarmos das representações, não podemos deixar de lado também um aspecto fundamental de seu processo de construção: a comunicação. Nessa apresentação da teoria das representações sociais de Moscovici – a qual fundamenta o presente trabalho –, ficará bastante explícito o quão fundamentais são as interações sociais para a construção, reprodução e mesmo decadência das representações sociais.

Além da comunicação, que ocorre a todo momento – seja entre indivíduos isolados, por imagens nas ruas, veículos de mídia ou de qualquer outra forma que se possa imaginar –, a própria individualidade não pode ser excluída desse processo. Essa individualidade está intimamente conectada à forma como cada representação atinge e se insere na mente de uma pessoa e, conseqüentemente, na maneira como ela irá reproduzi-la, pensá-la, percebê-la, etc.

Da mesma forma que as representações sociais estão aptas a influenciar todas as dimensões da vida dos indivíduos e a transformar suas existências conforme seu arcabouço de idéias e concepções, não estão fora do alcance da capacidade de transformação humana, que pode vir – e o faz constantemente – a alterá-las, seja sutil ou bruscamente.

Por isso, pensar em representações sociais não é tentar observar um paradigma que se coloque como uma fortaleza inexpugnável. É, na realidade, tentar descrever e compreender de que forma e em que intensidade as idéias e elaborações coletivamente construídas e instaladas se distribuem e existem em meio às pessoas, sem que jamais percamos de vista a individualidade de cada ser humano – elemento importantíssimo e capaz de afetar as representações sob a ótica de um determinado indivíduo –, conforme deixa bastante evidente a obra de Moscovici.

Por sua vez, pensar as representações sociais de Brasília é observar e descrever como seus habitantes, em diferentes momentos históricos, visualizaram a cidade e a pensaram. É tentar apreender suas idéias sobre o conjunto urbano e em que medida elementos como a ideologia da construção e o traçado modernista, por exemplo, influenciaram essas idéias e concepções.

Universos

As representações sociais evidenciam a todo instante que existimos e interagimos em um mundo de alta complexidade. Complexo não no sentido dado por Jung ao termo²² – por mais que, de alguma forma, seja pertinente no contexto do presente trabalho – mas no sentido que assemelha esta palavra à noção de esferas plurais de identidades, experiências, relações, ideologias, convicções, idéias, entre tantos outros elementos que poderiam ser aqui citados. Entretanto, essa existência – a humana – pode ser vista tal qual um processo (ELIAS, 1994), um fenômeno dinâmico, em fluxo constante e em permanente transformação. Essa complexidade nos define como indivíduos e como sociedade, sem que cometamos o erro de dicotomizar os dois termos.

Quando falamos de algo complexo, é fácil pensar em algo de difícil compreensão, talvez até mesmo demasiado complicado para encontrar os elementos que o compõe ou dão origem. Talvez seja verdade, mas é plausível tentar abordar o “complexo” em questão para descrevê-lo, analisá-lo e, quem sabe, compreendê-lo.

No caso das representações sociais, é imprescindível ter em mente os dois tipos de universos que nos cercam e interferem, cada um à sua maneira, na sociedade como um todo. Um deles se refere ao mundo da ciência, às situações nas quais a verdade – ou o que até então se toma com certeza – desempenha um papel de primazia e um perito, especialista ou conhecedor do tema detém o direito exclusivo de tratar a questão, de dizer se o rio vai ou vem, se o horizonte termina no céu ou no mar, se a resposta é sim ou não. Esse universo, que Moscovici chama de “universo reificado”(MOSCOVICI, 2010), existe em relação constante com o outro, que em breve mencionaremos, mas ao mesmo tempo não se permite invadir. Nesse universo, a ciência é autoridade última e os

²² Para Jung, um “complexo” é um conjunto de elementos que, a partir do inconsciente, atuam sobre um indivíduo de forma a influenciar suas atitudes.

elementos da realidade são vistos de forma dissociada e invariável, podendo ser entendidos e explicados conforme preceitos bastante laboratoriais. Diz Moscovici:

“No universo reificado, a sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade. Esta sociedade ignora a si mesma e a suas criações, que ela vê somente como objetos isolados, tais como pessoas, idéias, ambientes e atividades. As várias ciências que estão interessadas em tais objetos podem, por assim dizer, impor sua autoridade no pensamento e na experiência de cada indivíduo e decidir, em cada caso particular, o que é verdadeiro e o que não o é.”(MOSCOVICI, 2010, p 50)

De toda forma, o universo que de fato tem absoluta importância para se compreender as representações sociais é aquele dito “universo consensual”. Seu nome, mencionado aqui sob a perspectiva de Moscovici, é bastante explicativo e direto no que diz respeito à sua construção e à dimensão da sociedade que habita.

Diz Moscovici:

“Em um universo consensual, a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício. Dessa maneira, presume-se que nenhum membro possua competência exclusiva, mas cada qual pode adquirir toda competência que seja requerida pelas circunstâncias. Sob esse aspecto, cada um age como um “amador” responsável, ou como um “observador curioso” nas “frases feitas” e chavões do último século. Na maioria dos locais públicos de encontro, esses políticos amadores, doutores, educadores, sociólogos, astrônomos, etc. podem ser encontrados expressando suas opiniões, revelando seus pontos de vista e construindo a lei.”(MOSCOVICI, 2010, p 50-51)

O universo consensual se constrói no dia-a-dia, no cotidiano das pessoas. Os indivíduos conversam, se comunicam, emitem opinião, tiram conclusões, concordam e discordam uns dos outros. As idéias se transformam e são comunicadas, transmitidas adiante sob determinadas circunstâncias. Esse processo é gradual, mas é poderoso e efetivo.

Para tal, entretanto, deve-se respeitar as regras que permeiam a comunicação. Há temas dos quais não se pode falar, assim como há alguns que jamais podem ser deixados de lado quando evocados. É também essencial que o código utilizado seja compartilhado, permitindo que o entendimento seja recíproco entre todos os participantes.

Imaginemos um grupo de seis amigos que sentam ao redor de uma mesa algumas noites para comer e conversar. Nessas conversas, cada um emite opiniões, dá pitacos e demonstra seus conhecimentos ou impressões sobre diversos assuntos. Quando o tema “aborto”, por exemplo, surge, a mesa se cala. Há olhares um pouco desconfiados e todos chegam, silenciosamente, à conclusão de que é melhor mudar de assunto. Resolvem, então, falar sobre a cidade na qual vivem. Uns dizem que está feia, outros dizem que se tornou perigosa, um deles discorda e segue uma exposição de argumentos e um processo de convencimento. Piadas surgem aqui e ali no meio da discussão, mas no fim, todos disseram o que achavam, se expressaram e, invariavelmente, influenciaram e foram influenciados pelas idéias alheias. Isso corresponde ao universo consensual e é um exemplo claro de como as representações sociais vão se formando, transformando ou sendo eliminadas.

Mesmo no momento que antecede a comunicação, já estamos falando de representações sociais. De uma forma ou de outra, essas representações são construídas no tempo, na história. Algumas permanecem, outras se transformam e algumas, pelas mais variadas razões, acabam por ser extintas. Logo, é coerente afirmar que nossas elaborações no presente são influenciadas – mas não necessariamente condicionadas – pelas representações já existentes no universo consensual e na sociedade na qual se está inserido.

Porém, é um equívoco acreditar que ciência – e, por conseguinte, o universo reificado – e representações sociais, por isso, se oponham. Isso não procede de forma tão dicotômica como é possível imaginar à primeira vista. A relação que se estabelece entre essas duas dimensões é mais complexa e pode assumir um caráter de transformação e interferência recíproca. Moscovici deixa isso bem claro ao dizer:

“Ciência e representações sociais são tão diferentes entre si e ao mesmo tempo tão complementares que nós temos de pensar e falar em ambos os registros.(...) Ao contrário do que se acreditava no século passado, longe de serem um antídoto contra as representações e as ideologias, as ciências na verdade geram, agora, tais representações. Nossos mundos reificados aumentam com a proliferação das ciências. Na medida em que as teorias, informações e acontecimentos se multiplicam, os mundos devem ser duplicados e reproduzidos a um nível mais imediato e acessível, através da aquisição de uma forma e energia próprias. Com outras palavras, são transferidos a um mundo consensual, circunscrito e re-apresentado. A ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é a ciência tornada comum.”(MOSCOVICI, 2010, p 60)

Familiar e não familiar, ancoragem e objetivação

Como dito anteriormente, uma das finalidades mais centrais das representações sociais é “tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade”(MOSCOVICI, 2010, p 54).

Uma pessoa converter o mundo social em um código, em um conjunto de significados, completamente legível e pautado em conhecimento empírico ou teórico que a familiarize com a totalidade desse mundo é um processo virtualmente impossível.

Pode-se inferir isso ao pensarmos em todas as possibilidades que a sociedade dispõe de gerar e manter diversidade. As pessoas criam e recriam, mudando e eliminando, constantemente, representações sociais e, conseqüentemente, a realidade, as idéias, significados, códigos, símbolos, etc. Gírias surgem dentro e para grupos específicos, novas maneiras de expressão artística também vêm a tona, concepções de como tratar com determinados assuntos mudam e situações fora do planejado e do conhecido se impõem aos indivíduos hora ou outra, impactando-os com a alteridade, com o outro ou a ocasião que se mostram diferentes de tudo aquilo que necessariamente se havia programado.

Essa diversidade compreende a uma enorme quantidade de símbolos, idéias, discursos, códigos, ocasiões, ambientes, acontecimentos e nem todos esses elementos estão plenamente acessíveis ou definidos e caracterizados na mente de cada pessoa. A sociedade não é monolítica, não compartilha entre os indivíduos que a constroem as mesmas concepções sempre e sequer os influencia exatamente da mesma maneira. Ela não é absolutamente total, apesar de, em certa medida, se fazer sentir em todo canto – tendo-se em vista diferentes graus de identidade-nós (ELIAS, 1994)²³. As pessoas são distintas entre si e, também por isso, compõem grupos e idéias diferentes e formam um leque inumerável de possibilidades. Isso é humano e seria uma ilusão tentar entender todas as opções que são cotidianamente produzidas.

Entretanto, há um conjunto de conhecimentos – formais e informais – e de experiências que uma única pessoa, assim como um grupo, pode compartilhar entre si.

²³ Uma “identidade-nós” se refere a um conjunto de significados, símbolos, valores, conhecimentos, etc, que, compartilhados por um determinado conjunto social, forma um grupo específico que se reconhece entre si. É uma identidade coletiva, compartilhada, da qual todos os membros do grupo em questão percebem fazer parte.

Não se afirma isso com o objetivo de categorizar as pessoas e circunscrevê-las em tipos ou modalidades, mas sim para que fique claro como podem diferir vastamente entre si e, ainda assim, compartilhar, em menor ou maior grau, com ou sem distinções, alguns significados, códigos, idéias, experiências, etc. Logo, como seria possível que uma pessoa – no mundo contemporâneo, particularmente – se deparasse exclusivamente com aquilo que lhe é comum, cotidiano, de prévio conhecimento: com o familiar?

Se observarmos alguns fenômenos contemporâneos não seria difícil dizer que quem tem condições, tenta, quase que a todo custo, evitar a alteridade, os estranhos, o incomum e manter tudo sob controle – “o medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado” (MOSCOVICI, 2010, p 56). Mas seria plausível afirmar, com toda certeza, de que isso é plenamente possível?

Percebe-se dessa forma que estamos, todos nós, nos encontrando diariamente com o diferente, com a alteridade: com o não-familiar; e que não há forma, no meio urbano, de evitá-lo de maneira plena. Afinal, uma cidade é “um assentamento humano em que estranhos têm chance de se encontrar” (BAUMAN Apud SENNETT, 2000, p 111). Seja quando nos deparamos com alguma situação inusitada ou algum tipo que difere de nossas idéias pré-concebidas, o diferente se atira sobre nós.

Formamos, continuamente, esquemas mentais que permitem ler o mundo, familiarizá-lo e torná-lo um pouco mais digerível. Eles podem ser construídos antes do contato com a alteridade ou após esse acontecimento. De toda forma, é comum representarmos o não-familiar – assim como também é comum fazê-lo com aquilo que nos é familiar.

Conforme explica Moscovici, o mundo familiar é o que poderíamos chamar de “mundo das convenções”. O não-familiar começa exatamente no ponto no qual as convenções conhecidas já não são mais úteis ou necessárias. A grande diferença entre ambos, visto que os dois são representados, é exatamente a forma como se constroem as representações do mundo não-familiar:

“O ato da re-apresentação é um meio de transferir o que nos perturba, o que ameaça nosso universo, do exterior para o interior, do longínquo para o próximo. A transferência é efetivada pela separação de conceitos e percepções normalmente interligados e pela sua colocação em um contexto onde o incomum se torna comum, onde o desconhecido pode ser incluído em uma categoria conhecida.”(MOSCOVICI, 2010, p 56-57)

Ou seja, no contato com não-familiar, o indivíduo ou o grupo tendem a associar aquela situação, objeto, lugar, acontecimento, idéia, grupo ou indivíduo a algo que produza uma compreensão dentre os elementos disponíveis em seu leque cognitivo. Como explica Moscovici:

“(...)as imagens, idéias e a linguagem compartilhados por um determinado grupo sempre parecem ditar a direção e o expediente iniciais, com os quais o grupo tenta se acertar com o não familiar. O pensamento social deve mais à convenção e à memória do que à razão; deve mais às estruturas tradicionais do que às estruturas intelectuais ou perceptivas correntes.”(MOSCOVICI, 2010, p 57)

Tendemos, segue o autor, a efetuar veredictos que antecedem o julgamento, por assim dizer, concluímos antes de conhecer e, então:

“Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. E através delas nós superamos o problema e integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal.”(MOSCOVICI, 2010, p 58)

Esse processo, esse movimento de assemelhar o desconhecido ao conhecido, de posicionar o não familiar em um campo cognitivo, aproximando aquilo com o qual não se tem familiaridade e materializando tal idéia para que se torne inteligível e familiar se divide em duas – poderíamos dizer – etapas, que Moscovici chama de “objetivação” e “ancoragem”. Ambas ocorrem para que as representações sejam formadas.

Moscovici explica a ancoragem, da qual trataremos inicialmente aqui, como: “(...) um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”. (MOSCOVICI, 2010, p 61)

Quer dizer, a ancoragem trabalha associando o não familiar ao familiar, efetuando essa transição e essa realocação de significado e categoria. A comparação, que evidentemente também faz parte desse processo, ocorre nesse sentido, determinando como duas categorias – uma conhecida, outra não – podem se associar para alojar um novo sentido ou explicação. A ancoragem é exatamente isso: ela ancora

determinada categoria a um elemento não familiar, prende uma a outra, possibilitando a legibilidade.

Um exemplo bastante claro é o do aprendizado de novos idiomas. No momento em que nos dispomos a aprender uma língua estrangeira, nos preparamos para lidar com algo completamente novo e, invariavelmente, não familiar. Quando a professora de francês explica ao seu aluno brasileiro – nessa exemplificação pontual – que na língua francesa o verbo *être* pode ser usado como “*Je suis brésilien*” – “eu sou brasileiro” – e também como “*Je suis au Brasil*” – eu estou no Brasil –, é bastante possível que surja à mente do aluno a seguinte idéia: “o verbo *être* “é como se fosse” os verbos ser e estar na língua portuguesa”²⁴. Pronto. Está feita a ancoragem, que pode ocorrer também, conforme se dilui pelo universo consensual, de maneira coletiva, em um grupo social. Invariavelmente, no processo de ancoragem, o veredicto que surge acaba por anteceder qualquer julgamento daquilo que é submetido à etapa. Escreve Moscovici:

“Mesmo quando estamos conscientes de alguma discrepância, da relatividade de nossa avaliação, nós nos fixamos nessa transferência, mesmo que seja apenas para podermos garantir um mínimo de coerência entre o desconhecido e o conhecido.”(MOSCOVICI, 2010, p 61)

E também:

“Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes.”(MOSCOVICI, 2010, p 62)

Há também a “objetivação”. Esse processo ocorre quando surge a necessidade de compreender e tornar inteligível uma idéia ou conceito que se mostra bastante estranho, não familiar, para determinado grupo ou indivíduo. A objetivação trata faz com que esse elemento estranho seja associado a uma imagem, faz com que ganhe concretude, se faça real e percebível.

²⁴ Na língua francesa, o verbo “*être*” pode ser equivalente ao que, na língua portuguesa, se tem como os verbos “estar” e “ser”. Para que se compreenda o que se diz, entretanto, é necessário observar a construção frasal, a concordância e o contexto em que o verbo se encontra. Alunos que estão sendo introduzidos à língua francesa, como o autor do presente trabalho pôde observar em sala de aula, visto que participa de um curso de tal idioma, muito comumente fazem essa primeira relação para melhor se adaptarem, ancorando um significado a outro.

Isso é passível de ocorrer pelo fato de que grupos sociais possuem um estoque de imagens e ícones que pode ser acessado para domesticar determinadas idéias. A esse estoque, Moscovici deu o nome de “núcleo figurativo”. É, como escreve o autor: “um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de idéias”.(MOSCOVICI, 2010, p 72)

Diferentemente da ancoragem, que faz a ligação entre o familiar e o não familiar, associando-os, a objetivação transforma o familiar e o não familiar em algo que possamos visualizar como real, conectando-os a imagens e símbolos que estejam dentro de nosso núcleo figurativo. É por meio do reagrupamento de conceito e idéias que os novos elementos com os quais se tem contato podem passar a ter concretude e ser percebidos como realidade.

“Desde que suponhamos que as palavras não falam sobre “nada”, somos obrigados a ligá-las a algo, a encontrar equivalentes não verbais para elas. Assim como se acredita na maioria dos boatos por causa do provérbio: “Não há fumaça sem fogo”, assim uma coleção de imagens é criada por causa do provérbio: “Ninguém fala sobre coisa alguma”.(MOSCOVICI, 2010, p 72)

E reforçando a forma como atua a objetivação e a sua relevância, escreve Moscovici:

“Os nomes, pois, que inventamos e criamos para dar forma abstrata a substâncias ou fenômenos complexos, tornam-se a substância ou o fenômeno e é isso que nós nunca paramos de fazer. Toda verdade autoevidente, toda taxonomia, toda referência dentro do mundo, representa um conjunto cristalizado de significâncias e tacitamente aceita nomes; seu silêncio é precisamente o que garante sua importante função representativa: expressar primeiro a imagem e depois o conceito, como realidade.”(MOSCOVICI, 2010, p 77)

É importante também ressaltar o fato de que as representações sociais, como uma produção coletiva, de grupo, estão sujeitas a interpretações e apropriações que podem variar em alguma medida sob a perspectiva de indivíduos ou grupos, quando abarca diversos conjuntos, evidentemente. Logo, não se pode esquecer que a forma como são criadas e transformadas está intimamente ligada com as representações que já estavam consolidadas anteriormente. Nenhuma representação surge absolutamente do nada, sem que se subsidie de elementos que a antecederam. Como disse Moscovici: “(...) o que é tomado em consideração, as experiências que nós temos, isto é, as causas

que nós selecionamos, tudo isso é ditado, em cada passo, por um sistema de representações sociais”. (MOSCOVICI, 2010, p 86)

Tendo isso em vista, não é possível ignorar o fato de que as representações sociais trabalham com protótipos, quer dizer, com modelos de categorias pelos quais é possível observar o mundo e categorizar seus elementos sob a ótica de um critério relativamente sólido.

Protótipos são esquemas mentais firmes que explicam determinado conjunto de idéias. Quer dizer, como o próprio autor explica, que quando temos em vista que: “Muitos de nós, por conseguinte, temos, como nossa representação visual de um cidadão francês, a imagem de uma pessoa de estatura abaixo do normal, usando um boné e carregando uma grande peça de pão francês.”, trata-se de um protótipo de típico cidadão francês, construído social e individualmente.

Esses esquemas os quais chama de “protótipo” permitem formular explicações e melhor compreender a realidade, facilitando a comunicação e compondo, em certa medida, as representações sociais no seu processo de formação. São especialmente essenciais quando pensamos na objetivação e na ancoragem.

Por fim, cabe aqui enfatizar a importância das representações sociais para a construção das identidades coletivas – sociais – e individuais. Isso não acontece simplesmente de forma passiva, mas ativa, visto que habitamos e re-construímos constantemente uma realidade que, na maior parte do tempo, trata-se de um fenômeno do universo consensual.

Ao tratar da sociologia do imaginário, Patrick Legros tenta dissecar o conceito de representações sociais, o que, ao colocá-lo em paralelo com obras de diversos autores, lhe permite fazer a seguinte afirmação, apontando a essencialidade das representações sociais para a formação da identidade:

“Antes de ser uma valorização “positiva” de si, a identidade é uma posição social (*ibid.*, p. 131), ou seja, é, preliminarmente, submetida às primeiras representações “societais”, depois secundárias, tais como a representação do gênero. A identidade só tem um lugar se o indivíduo está engajado em um mundo de representações que o molde. Ela é, pois, uma representação secundária (e talvez, até mesmo, “terciária”).”(LEGROS, 2007, p 139)

Capítulo Terceiro

Métodos e técnicas

Conforme aponta Martha de Alba:

“La teoría de las Representaciones Sociales (Moscovici, 1961; Jodelet, 1982, 2005), puede ser una herramienta de análisis que permite estudiar la relación que los sujetos, individual (residentes) y socialmente (actores sociales), establecen con los espacios urbanos a diversas escalas, desde el ámbito de la casa hasta territorios que engloban ciudades, países o el vasto mundo.”(ALBA, pg 2.)

Essa possibilidade foi explorada no presente trabalho de maneira bastante semelhante ao que Martha de Alba fez na Cidade do México²⁵. Os procedimentos visaram identificar o discurso dos atores sociais sem deixar de lado sua dimensão de individualidade, permitindo uma descrição mais clara e justa de seu posicionamento de fala. Além disso, buscou-se explorar de forma aprofundada as experiências e a fala, as próprias narrativas dos indivíduos, trazendo para a pesquisa um material rico em conteúdo.

É necessário apontar, num primeiro momento, que a opção por um viés qualitativo não ocorreu ao acaso. Na verdade, deu-se pelas características particulares do marco teórico – representações sociais – e para tentar apreender de forma mais adequada as construções do universo consensual. Como explica Moscovici, ao tratar de potenciais metodologias para a pesquisa relativa a representações sociais, é importante: “Obter o material de amostras de conversações normalmente usadas na sociedade.” (MOSCOVICI, 2010, pg 89) E lembrar que “(...) opiniões e representações são criadas no curso de conversações, como maneiras elementares de se relacionar e se comunicar.” (MOSCOVICI, 2010, pg 89). Martha de Alba escreve:

²⁵ Martha de Alba desenvolveu pesquisa sobre as representações sociais na Cidade do México. Nesse projeto, consultou 60 moradores da cidade de diferentes regiões, aos quais foi solicitado que desenhasssem mapas mentais e participassem de entrevistas com o objetivo de identificar os elementos que caracterizavam essas representações.

“(...) las representaciones pueden materializarse en discursos, soportes gráficos (dibujo, fotografía, expresión artística, etc.) y en prácticas sociales. Así, las distintas formas narrativas que hablen sobre un lugar estarán evidenciando la manera en que el locutor imagina y se representa ese lugar.”(ALBA, p 9)

É muito curioso, por consequência, pensar que a própria pesquisa desenvolvida possa ter, de alguma forma e em algum grau, processado novas opiniões e representações durante as entrevistas e sessões de conversa que foram estabelecidas nos meses de seu desenvolvimento.

De toda forma, nesse momento será explicada a relação entre representações sociais e a cidade, serão abordados os métodos e técnicas de pesquisa utilizados para a obtenção dos dados e informações que serão apresentados mais adiante, os referenciais que os inspiraram e sustentam e os critérios utilizados durante a pesquisa.

Representar a cidade e criar a sua imagem

Não se pode negar que o ambiente urbano tornou-se – e segue enfaticamente nesse sentido – o *habitat* humano por excelência. A cidade é onde as pessoas se encontram, onde se consolidou a sociedade que conhecemos hoje e se proliferou por todo o globo como forma de organização e habitação sem maiores dificuldades.

A relação que os indivíduos estabelecem com os espaços é o que faz com que estes se tornem lugares²⁶, criando locais de interação, com identidade e significado particulares e importantes. Como diz Moscovici: “nada pode estar mais grávido de idéias do que uma cidade.” (MOSCOVICI, 2010, pg 98.)

Tendo isso em vista, pesquisas como as de Denise Jodelet, com a colaboração de Stanley Milgram (1977), e de Martha de Alba (2004) que tratam das imagens mentais e sociais, percebidas pelas lentes das representações sociais, em – respectivamente – Paris e na Cidade do México, são tão relevantes, consolidando a metodologia e a perspectiva em questão para o estudo da cidade e de suas representações.

²⁶ Bauman e Marc Augè concordam ao afirmar que há uma distinção fundamental entre a noção de “espaço” e de “lugar”. Lugares são localidades com elementos simbólicos. Caracterizam-se muitas vezes por ter identidade e significados bastante próprios. Espaços, por outro lado, são localidades tangíveis, materiais, distância física ou terminologias de campos como, por exemplo, “espaço aéreo” ou “espaço jurídico”.

Nesse sentido, Kevin Lynch explica:

“Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais. Ou talvez exista uma série de imagens públicas, cada qual criada por um número significativo de cidadãos. Essas imagens de grupo são necessárias sempre que se espera que um indivíduo atue com sucesso em seu ambiente e coopere com seus concidadãos. Cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente.”(LYNCH, 1997, p 51)

Ao falar das imagens que são compartilhadas no e pelo tecido social, Kevin Lynch nos remete diretamente à noção de representações sociais. Sua construção se dá individualmente, por cada cidadão e, ao mesmo tempo, é construída por essa “imagem pública” e mais abrangente que, em diversos níveis, compartilha elementos com cada uma das pessoas que a fez existir.

Não se pode perder de vista que a cidade, fundamentalmente, se define como um espaço compartilhado, um lugar de trocas simbólicas, interações e encontros. É nela que as pessoas convivem e onde o universo consensual encontra mais possibilidades para se fortalecer e proliferar.

A imagem que os indivíduos criam da cidade é formada pelos mais diversos elementos de nossa realidade. De toda forma, é importante saber que essa imagem não se constrói sozinha e nem por uma mobilização exclusivamente individual, mas sim de maneira social, influenciada pelas representações já existentes, pelas categorias cognitivas disponíveis, pelas interações que se experimenta e pela vivência que se tem da cidade. A comunicação, como se pode perceber, tem papel fundamental nesse processo, assim como a memória. Martha de Alba explica: “*La ciudad es concebida como un producto histórico y cultural, y su representación un proceso de elaboración de significados, subyacente a la experiencia urbana.*”(ALBA, 2004, p 117)

E também:

“*Las representaciones de la ciudad no son sólo construcciones simbólicas que realizamos en nuestra cabeza de manera individual, sino formas de pensamiento social que se nutren de diversas fuentes: la experiencia presente y pasada, el conocimiento adquirido en las aulas y a través de obras literarias, científicas o de divulgación, la tradición conservada en las costumbres y las creencias, la prensa escrita, la radio y la televisión.*”(ALBA, 2006, p 665)

Quando construída, a imagem do espaço urbano passa a ter um papel importante para o conjunto social que a compartilha. Além de ter potencial de formação identitária por si só, permite o compartilhamento de referências e categorias, facilita a apropriação do espaço e torna a vivência urbana uma experiência que transmite sensação de segurança. A essa altura, a ancoragem e a objetivação já exerceram seus respectivos papéis e consolidaram o espaço – dentro das limitações e fronteiras de cada indivíduo – como um elemento familiar.

Diz Alba:

“La imagen del espacio urbano se construye a partir de recuerdos de experiencias pasadas y sirve para interpretar la información proveniente del ambiente, así como para guiar la acción de los individuos en éste. Su principal función es entonces la de facilitar la adaptación y la orientación del individuo en el espacio.”(ALBA, p 12)

A memória e a comunicação permitem aos indivíduos carregar e transmitir experiências e idéias que, muitas vezes, poderiam facilmente se perder no tempo. No caso de Brasília, por exemplo, tornou-se bastante claro como a ideologia da cidade, presente com bastante força no Memorial do Plano Piloto e no discurso desenvolvimentista, ainda permeia a fala dos habitantes e dos que mais recentemente se transferiram para a capital federal. Apesar de todas as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no país e de todas as mudanças implementadas na cidade, alguns elementos permaneceram.

Por mais diversas que sejam as experiências individuais e de comunicação, parece que as representações sociais de uma cidade alcançam um patamar inclusive mais alto. São construídas e se fortalecem, engessando-se, em algum grau, e, ao mesmo tempo, mas de forma quase que paralela, se transformando. Podem surgir, assim, algumas contradições. Entretanto, não podemos esquecer que:

“Las representaciones son dinámicas, se crean y recrean con el paso de tiempo, con nuevas experiencias, con nuevos conocimientos o con ideas recibidas, o bien mediante el acto creativo de combinar ideas, recuerdos y sensaciones en el sinfín de posibilidades que la imaginación permite.”(ALBA, 2006, p 666)

Procedimentos

De forma semelhante ao trabalho desenvolvido por Martha de Alba na Cidade do México, buscou-se identificar as representações sociais de Brasília fundamentalmente sob uma perspectiva qualitativa. É essencial ressaltar que esta pesquisa não tem por objetivo especificar uma representação social absoluta e generalizada para todos os habitantes de Brasília e tampouco situar essas representações estatisticamente.

Tendo em mente as limitações de tempo e realização prática, objetivou-se identificar elementos que compoñham essa representação social e observá-los em profundidade, relacionando-os com os aspectos ideológicos e simbólicos do projeto e da apropriação da capital federal, além das transformações que foram executadas na cidade.

Esse conteúdo pôde ser obtido não somente na fala dos indivíduos – forma pela qual se pode manifestar os pensamentos e as idéias –, mas também durante conversas informais, por desenhos e livre associação entre imagens, idéias e palavras.

Para tal, foram utilizadas as seguintes técnicas:

- **Desenho de mapas mentais:** foi solicitado aos entrevistados que desenhassem um mapa de Brasília, buscando uma representação cartográfica e material conforme sua perspectiva individual.
- **Entrevista semi-estruturada:** entrevista realizada com o objetivo de apreender o discurso sobre a cidade e a livre manifestação de opiniões, idéias, impressões, etc. Por essa razão, procurou-se manter uma grande liberdade de fala para o entrevistado.
- **Questionário:** pequeno questionário que visava identificar nível educacional, local de residência, outras cidades conhecidas e alguns elementos importantes para melhor situar o lugar de fala do entrevistado.
- **Conversa informal:** para a apreensão dos elementos do discurso em situação menos comprometedora, foram instigadas diversas conversas acerca do tema do presente trabalho, das quais posteriormente foram tomadas notas e que, de uma forma geral, tiveram como principal função produzir uma primeira impressão e agir como um processo exploratório.

Amostra

Durante a pesquisa, foram entrevistados 20 indivíduos. Por alguns entre eles terem preferido não ser identificados, optou-se por manter em sigilo a identidade de todos, padronizando o tratamento dos dados coletados sem desvinculá-los das especificidades de cada um, mas também sem identificá-los – os indivíduos – aqui.

Apesar do número pequeno de atores²⁷ consultados para este trabalho, a quantidade se mostrou suficiente dentro dos objetivos aqui estabelecidos. Além disso, por se tratar de uma pesquisa com observação de mapas mentais, livre associação, conversas informais e entrevistas em profundidade e semi-estruturadas – visando fundamentalmente a qualidade e o detalhamento do conteúdo –, as condições necessárias para realizar um número muito grande desses procedimentos não poderiam ser atendidas.

De toda forma, acompanhando o argumento de Martha de Alba, que realizou 60 consultas em seu trabalho sobre a Cidade do México:

“Por la complejidad del material de observación de las representaciones socioespaciales y la dificultad del análisis, no se pretendió realizar un estudio con una muestra numerosa de residentes de la ciudad. Se eligió a un grupo pequeño cuyas respuestas permitieran analizar detalladamente la experiencia y las imágenes de esta gran urbe.”(ALBA, 2006, p 667)

Foram determinados três grupos, cada qual com seu recorte específico:

- **Grupo A:** Oito indivíduos que se estabeleceram na cidade entre 1975 e 1980;
- **Grupo B:** Oito indivíduos que nasceram e sempre residiram em Brasília;
- **Grupo C:** Quatro indivíduos nativos de outros estados, mas que residem em Brasília há mais de cinco e menos de dez anos.

²⁷ Goffman explica que os indivíduos são atores sociais e, dessa forma, buscam manter uma coerência constante com o papel que desempenham em cada circunstância, mesmo tendo a possibilidade de interpretar distintos papéis. O termo aqui assume significado semelhante, mas faz referência aos entrevistados em seus locais de fala, os quais, invariavelmente, assumem ao tratar de temas específicos. Dessa forma, não se perde de vista a relatividade da fala e do discurso e pode-se, sem perder de vista a coerência da observação, identificar de maneira mais clara e justa o que buscam transmitir os indivíduos durante as consultas.

Essas distinções foram estabelecidas para tentar explorar potenciais diferenças de percepção por conta da geração a que cada um desses indivíduos pertence e, mais ainda do que isso, tornar possível discernir diferentes percepções da cidade tendo em vista as transformações ocorridas nesta durante o tempo.

O grupo A é particularmente heterogêneo, visto que abrange indivíduos de idades entre 78 e 49 anos, mas os discursos foram observados conforme essas diferenças, sendo que em momento algum houve a pretensão de colocá-los como absolutamente iguais ou generalizados. Na realidade, esse grupo se particulariza por representar pessoas que puderam, desde os primeiros vinte anos de Brasília, acompanhar sua evolução até o que se tornou hoje, tanto ideologicamente, quanto materialmente, de forma que o impacto diferenciador que a heterogeneidade geracional poderia ter é bastante minimizado pelo tratamento e objetivo da pesquisa. Nesse grupo, todos os indivíduos entrevistados habitam ou habitaram, em algum momento de suas vidas, o Plano Piloto de Brasília.

O segundo grupo – grupo B –, apesar de uma média menor de diferença entre as gerações que abarca, também representa um conjunto relativamente heterogêneo. São indivíduos com idade entre 19 e 29 anos, todos nascidos na capital e criados nessa mesma cidade. De maneira semelhante ao grupo A, todos os entrevistados do grupo B habitam ou habitaram, em algum momento de suas vidas, o Plano Piloto de Brasília.

O último grupo – grupo C – é o mais homogêneo entre os três. Seus membros têm entre 20 e 26 anos e todos habitam o Plano Piloto de Brasília, sendo que nunca residiram em qualquer outro local do Distrito Federal ao se mudarem para a capital. Esse grupo foi entrevistado fundamentalmente para tentar identificar potenciais distinções marcantes de discurso em relação ao do conjunto de indivíduos nascidos em Brasília. Além disso, por terem origem em cidades tradicionais brasileiras e estabelecimento recente na capital, imaginou-se que poderiam contribuir com impressões e paralelos bastante marcantes em relação à percepção de Brasília e das diferenças que pode conter de forma particular quando comparada com outras cidades do país pela ótica desses jovens.

Mapas mentais

Constantemente, conforme os indivíduos circulam pelo conjunto urbano e vivenciam a cidade, suas experiências e percepções vão construindo estruturas

relativamente firmes pela quais passam a enxergar o ambiente que os cerca. Essas representações, que não se formam em solidão, mas também pelo contato com outros indivíduos e pela interação no universo consensual, começam a delinear uma imagem da cidade vivida na mente das pessoas.

Toda cidade retém uma identidade. Essa identidade não se caracteriza tão somente por seus elementos simbólicos, mais enfatizados até aqui, mas também por sua dimensão física.

Além de simbólica, a cidade é material e, por isso, visível. As cidades estão localizadas geograficamente e suas ruas produzem traços específicos. Todas elas possuem seus elementos arquitetônicos, icônicos e urbanísticos que são únicos e impossíveis de ser copiados, visto sua localização particular no tempo e no espaço.

Muitas vezes, a percepção dos elementos de uma representação socioespacial não se apresentam completamente no discurso do indivíduo, aponta, inclusive, Martha de Alba, e se faz necessário o uso de outros recursos de pesquisa. Além disso, estes outros recursos podem ser importantes também no sentido de enfatizar ou reforçar aquilo que se identifica na fala.

“El dibujo de los mapas mentales es una técnica muy utilizada para observar las representaciones del espacio urbano principalmente en el dominio de la psicología ambiental. Los dibujos y los soportes gráficos son métodos empleados frecuentemente en las investigaciones sobre las representaciones sociales pues facilitan la expresión de imágenes y permiten estudiar ciertos objetos de representación donde la dimensión no verbal es esencial.”(ALBA, 2004, p 118)

E o que é, afinal, um mapa mental? Um mapa mental é, de toda forma, um mapa cognitivo e, evidentemente, uma representação social. Ele se constrói tendo em vista os limites perceptivos de cada indivíduo e os pressupostos que lhe são colocados pelas representações que o envolve.

Explica Martha de Alba:

“Los mapas mentales pueden ser considerados como representaciones sociales en tanto que imágenes espaciales (no copias literales de lo real) construidas a partir del bagaje sociocultural del sujeto, de su posición social y experiencia del lugar. El objeto de la representación, el espacio, es el contexto en el que los grupos o la sociedad en su conjunto proyectan sus acciones y su estructura (Jodelet, 1982).”(ALBA, , pg 11)

Dessa forma, solicitar a alguém que desenhe um mapa de Brasília, é pedir que coloque no papel o que entende por este nome, suas principais características, os elementos que percebe como mais importantes, seu lugar de fala, visto que circula pela cidade e, dessa forma, possui uma perspectiva específica, e invariavelmente, como vê a cidade. As representações se manifestam no papel como um desenho, um esboço cartográfico.

Essa solução metodológica se projetou com bastante importância para a identificação de representações sociais de Brasília. Uma cidade caracterizada exatamente por seu projeto, seu traçado e seu desenho extremamente peculiares e marcantes e que não poderia deixar de ser explorada por essa ótica.

Entrevistas

As entrevistas foram formuladas de maneira que as perguntas fossem simples e flexíveis, possibilitando dar autonomia ao ator social e permitir que se manifestasse de forma mais livre quando assim preferisse. Apesar de menos objetivo, esse modelo foi bastante efetivo no sentido de conceder, de fato, a palavra ao entrevistado.

O objetivo central dessas entrevistas eram fomentar a fala dos atores acerca de determinados aspectos relacionados à cidade. Houve, entretanto, algumas alterações que foram implementadas para melhor atender às necessidades que se mostraram importantes em relação a cada grupo. Os aspectos gerais, que estruturaram as entrevistas, em todos os casos, acabaram por se organizar da seguinte forma:

- **Elementos visuais e materiais da cidade:** marcos visuais, pontos de referência, edifícios, traçado urbano, mobilidade e lugares relevantes.
- **Elementos sociais e de interação:** locais de lazer, conhecer ou não seus vizinhos, circulação a pé pela cidade, espaços para comércio, mobilidade e áreas de encontro.
- **Elementos de gosto e preferência:** impressões, o que mais gosta na cidade, o que menos gosta na cidade, o que mudaria se pudesse, e o que mais chama a atenção.

- **Perspectiva:** definir e caracterizar a cidade, o que espera e o que imagina que, de fato, vai acontecer com a cidade em 2060.
- **Razões da transferência e trajetória:** no caso dos indivíduos nativos de outras localidades, obteve-se também informações sobre os motivos que os trouxeram a Brasília e um pouco de sua trajetória de vida relacionada a tal fato.

Partindo desses elementos – que não são rivais e, muito pelo contrário, muitas vezes se amalgamam –, as entrevistas foram conduzidas e incitaram longas conversas sobre Brasília, permitindo a obtenção do conteúdo que será exposto e analisado mais adiante.

Questionários

Os questionários funcionaram, fundamentalmente, como material de apoio, permitindo obter as seguintes informações:

- Data de nascimento;
- Cidade de nascimento e ano em que se estabeleceu em Brasília(para nativos de outras cidades);
- Endereços que habitou em Brasília e endereço atual;
- Outras cidades onde residiu;
- Outras cidades que já visitou;
- Formação educacional;
- Ocupação.

Essas informações foram utilizadas para situar o local de fala dos entrevistados e possibilitar um entendimento mais apropriado e justo de seus discursos. Além disso, permitiu estabelecer relações também mais adequadas entre os dizeres de diversos entrevistados sem anular sua individualidade e não-homogeneidade.

Conversas informais

Apesar de aparentemente vago, esse modelo de coleta de dados não é dispensável. Constantemente exploramos temas de grande importância em conversas despreocupadas e, assim, trabalhamos o universo consensual, emitindo e transformando opiniões e representações.

O senso comum não é pobre em conteúdo e deve ser amplamente explorado se quisermos tratar das representações sociais, visto que aí se manifestam da maneira mais explícita e pura. Além disso, vale ressaltar que não há uma barreira intransponível que dissocie a ciência do, assim chamado, “senso comum” e, por isso, o torne descartável. Como escreve Moscovici:

“O senso comum está continuamente sendo criado e re-criado em nossas sociedades, especialmente onde o conhecimento científico e tecnológico está popularizado. Seu conteúdo, as imagens simbólicas derivadas da ciência em que ele está baseado e que, enraizadas no olho da mente, conformam a linguagem e o comportamento usual, estão constantemente sendo retocadas. No processo, a estocagem de representações sociais, sem a qual a sociedade não pode se comunicar ou se relacionar e definir a realidade, é realimentada. Ainda mais: essas representações adquirem uma autoridade ainda maior, na medida em que recebemos mais e mais material através de sua mediação – analogias, descrições implícitas e explicações dos fenômenos, personalidades, a economia, etc., juntamente com as categorias necessárias para compreender o comportamento de uma criança, por exemplo, ou de um amigo.”(MOSCOVICI, 2010, p 95)

Não houve, portanto, forma de se esquivar da importante qualidade das impressões e conteúdos presentes na fala cotidiana que, muitas vezes, findam por não se manifestar em uma situação de entrevista, na qual o sujeito consultado pode acabar re-organizando suas idéias e discurso com o objetivo de transmitir algum tipo de impressão que foge ao seu comportamento padrão.

Capítulo Quarto

As representações sociais de Brasília

O que é Brasília?

Não há dúvidas: Brasília é – para todos os entrevistados, nascidos na capital ou não, recém chegados ou pioneiros, otimistas ou pessimistas – o Plano Piloto de Brasília. Muitas vezes, inclusive, é somente um traçado, um *croqui*²⁸ que imita a idéia primeira de Lucio Costa ao envergar um dos eixos de uma cruz.

Mesmo que em uma observação breve dos mapas mentais, veríamos que é exatamente isso que acontece. Evidentemente que em alguns casos não é só o projeto inicial de Costa que é desenhado, mas também outras duas localidades – para não dizer “bairros” (termo que não foi, em momento algum, utilizado pelos entrevistados para descrever ou indicar qualquer região da cidade) – que foram mais tarde incorporadas ao conjunto urbano nas imediações do traçado original do Plano Piloto: Sudoeste e Octogonal²⁹. Há também, além desses casos, desenhos nos quais aparecem o Aeroporto, o Park Way (SMPW), o Lago Sul (SHIS) e o Lago Norte (SHIN)³⁰ que, apesar de serem áreas indicadas no projeto e Costa de 1957, não se localizam tangenciando ou no interior do Plano Piloto, além de serem retratados, em geral, como locais vagos e desocupados.

O único elemento que se mostrou permanente – no sentido de que foi desenhado por absolutamente todas as pessoas consultadas – foi o Plano Piloto de Brasília,

²⁸ Um *croqui* é um esboço ou rascunho. É muito comumente feito por arquitetos e urbanistas ao imaginarem ou delinearem os primeiros traços de um projeto.

²⁹ A Octogonal – ou Octogonais – é um conjunto de condomínios residenciais, dos quais os oito inicialmente projetados, somente sete foram construídos. Cada um deles possui, por sua vez, a forma de um octógono e é composto por oito edifícios. Estes edifícios possuem seis pavimentos e *pilotis*, de forma semelhante ao que acontece no Plano Piloto. Além disso, os condomínios possuem, em geral, quadras de esporte, área de lazer infantil e segurança privada.

³⁰ SMPW: Setor de mansões Park Way; SHIS: Setor de habitações individuais sul; SHIN: Setor de habitações individuais norte.

entendido fundamentalmente, a partir disso, como o conjunto: Eixo Monumental, Eixo Rodoviário e seu cruzamento.

De alguma forma, essa percepção de Brasília como o projeto inicial idealizado por Costa transcende as mudanças que se impuseram à capital contemporaneamente e também nos últimos vinte anos. É muito curioso quando observamos que, acompanhando esse retrato de Brasília como quase que unicamente o Plano Piloto, os indivíduos não destacaram e tampouco sequer, em alguns casos, retrataram seus locais de moradia, estudo, trabalho ou circulação. Os elementos da percepção exclusivamente individual e que se referem necessariamente ao dia-a-dia das pessoas pareceu ter sido deixado de lado, quando solicitados a desenhar um mapa de Brasília. Podemos observar o mapa a seguir (fig. 05), por exemplo. Ele foi desenhado por um indivíduo (25 anos, estudante) que nasceu e sempre viveu em Brasília e atualmente reside no Lago Sul.

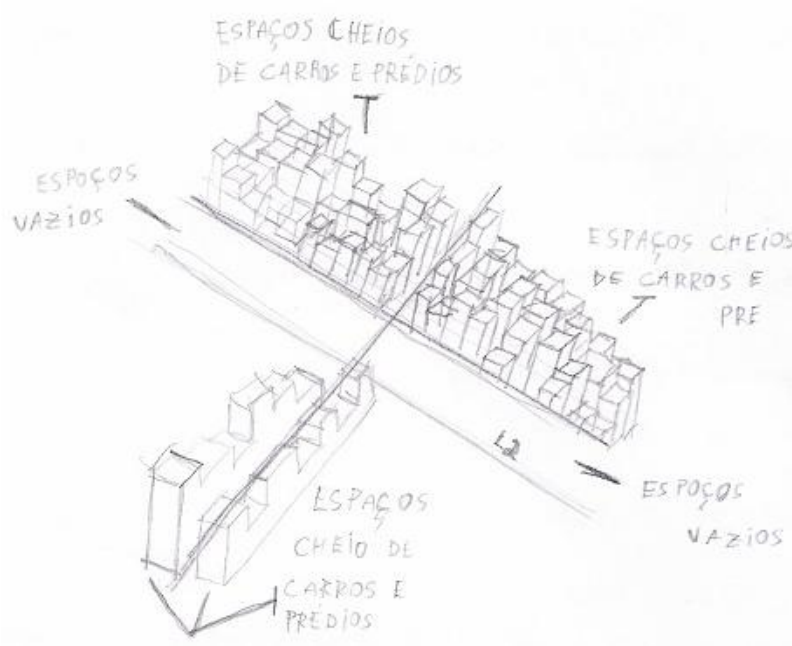


fig. 05

O desenho mostra uma imagem extremamente clara de como a pessoa que a elaborou enxerga a cidade. Os apontamentos são ainda mais elucidativos quando tentamos compreender o que pôs no papel. Uma cidade que se divide em espaços vazios e espaços preenchidos por carros e prédios, polarizando a estrutura da cidade. Simultaneamente, este mesmo indivíduo apontou, em sua entrevista, gostar muito dos

“espaços livres” de Brasília e achar “(...) muito problemático o trânsito e a especulação imobiliária.”.

A forma como vê as escalas de Brasília e o delineamento do Plano Piloto ficam evidentes. Há os dois eixos que se cruzam, os edifícios representando a Esplanada dos Ministérios e as Superquadras, mas sua residência, por exemplo, não aparece. A via L2, que o entrevistado apontou como local pelo qual muito circula, aparece quase que como se servisse tão somente para tornar compreensível a dimensão do desenho.

No segundo exemplo (fig. 06), há um mapa mental desenhado por uma moradora (20 anos, estudante) da Asa Norte, a qual, por sua vez, deixa no papel somente a imagem do Plano Piloto, mas como a maioria dos entrevistados, não faz referência alguma à sua residência ou aos locais que costuma frequentar na cidade, deixando de lado os elementos mais individuais de sua vivência da cidade.

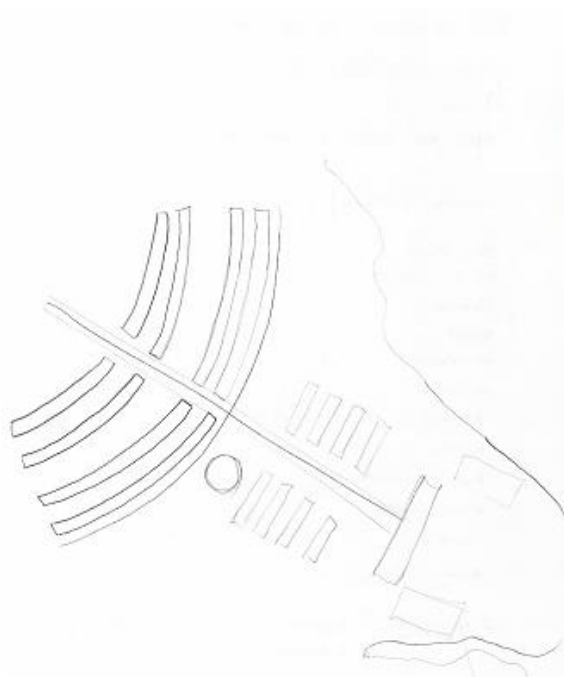


fig. 06

Essa forma de representar Brasília, como mencionado anteriormente, enfatiza a relação direta e quase que exclusiva entre “Plano Piloto” e “Brasília”. Isso se manifesta como uma potencial característica da cidade. Uma das entrevistadas (49 anos, arquiteta) diz: “Aqui a gente senta com as pessoas e conversa, conversa... e quando vê tá falando da cidade. Em outras cidades não é assim. As pessoas falam dos assaltos, da praia, de sair, mas não se fica falando do projeto da cidade.”

Esse “falar da cidade” é um trabalho que acaba por familiarizar cada vez mais o projeto do Plano Piloto de Brasília no processo de interação que ocorre no universo consensual. “Falar da cidade” não é um esboço insuficiente de manifestação opinativa,

mas um ato de construção de novas idéias, de troca de experiências e impressões que as pessoas constantemente exercem.

A manifestação de opiniões vai moldando a percepção socialmente, da mesma forma que constrói também as representações sociais que os indivíduos passam a compartilhar. Sob essa perspectiva, não é nada surpreendente ver como o Plano Piloto ocupa um espaço absolutamente central nas representações que se constroem sobre a cidade.

Evidentemente, o processo histórico vinculado à construção de Brasília e o conteúdo do universo reificado, transmitido constantemente aos indivíduos, contribuem para essa formação do imaginário. Viver em uma cidade planejada, mesmo que não se habite o traçado mais fundamental, é como ser cobaia e cientista ao mesmo tempo. Os indivíduos entrevistados especulam a todo momento sobre o que deu certo ou não, como poderia ter sido, o que deveria ter acontecido, sobre resultados e conseqüências, etc. E, evidentemente, se o fizeram ao se manifestar durante a pesquisa, é extremamente plausível deduzir que o fazem em suas “conversas da cidade”.

Não se pode esquecer também que o traçado do Plano Piloto, além de simples, é amplamente difundido. Tendo em vista o nível de escolaridade dos entrevistados, não é de se estranhar que já tenham estudado a história da capital – quando não a viveram, entre os membros do grupo A, principalmente – e entender que particularmente em Brasília se apresenta como simples a referida representação.

No estudo da Cidade do México executado por Martha de Alba(2004), os monumentos e marcos históricos, assim como os equipamentos culturais da cidade, se destacam nos desenhos dos mapas mentais, constando sempre em mais de 40% dos desenhos, conforme aponta a autora. Além disso, os indivíduos entrevistados pela autora comumente destacavam em seus mapas seus locais de trabalho e residência. No caso do presente trabalho, entretanto, os desenhos não evidenciaram resultado semelhante. Apesar de isso acontecer em alguns casos, os elementos arquitetônicos – mas sem funcionalidade voltada para o lazer ou a cultura especificamente – mais retratados foram o Congresso Nacional(65%) e os Ministérios(65%). Entre os elementos urbanísticos – com a exceção do Eixo Monumental e do Eixo Rodoviário, que foram retratados por todos os entrevistados –, o mais desenhado foi a Praça do Três Poderes(55%). Entre locais destinados a lazer e cultura, apareceram o Lago Paranoá(65%) – se o considerarmos para esse fim –, a Catedral(40%) e o Parque da Cidade(25%). Não houve nenhum outro local destinado a esses fins destacado pelos

entrevistados. O Teatro Nacional e o Complexo da República, por exemplo, não foram retratados em nenhum dos casos. A Torre de Televisão e o Cemitério também foram retratados, mas de forma isolada.

O Lago Paranoá nos possibilita fazer aqui uma observação um pouco mais específica. Apesar de servir aos moradores como local de lazer, é um elemento bastante marcante na definição de Brasília, sendo, inclusive, estipulado desde o planejamento primeiro da capital. Não seria tolo especular que sua incidência mais elevada de aparições não esteja, direta ou indiretamente, vinculada a esse fato, apesar de não ser citado como local de lazer por nenhum dos entrevistados.

Em relação a residências e locais de trabalho, tão somente uma entrevistada (20 anos, estudante, moradora da Asa Sul) os destacou, destoando completamente do conjunto dos atores consultados.

O terceiro exemplo também deixa isso bastante claro. Trata-se de um mapa desenhado por um morador da Asa Sul (29 anos, servidor público, terceiro grau completo). Ele traça o Plano Piloto, especificando a Asa Sul e a Asa Norte, a Praça dos Três Poderes e a Rodoferroviária – que, cabe dizer, só se apresentou nesse mapa –, além do aeroporto no alto, à direita. Porém, não faz qualquer referência a sua residência ou local de trabalho, sem destacar também nenhum monumento, local de lazer ou de expressão cultural.

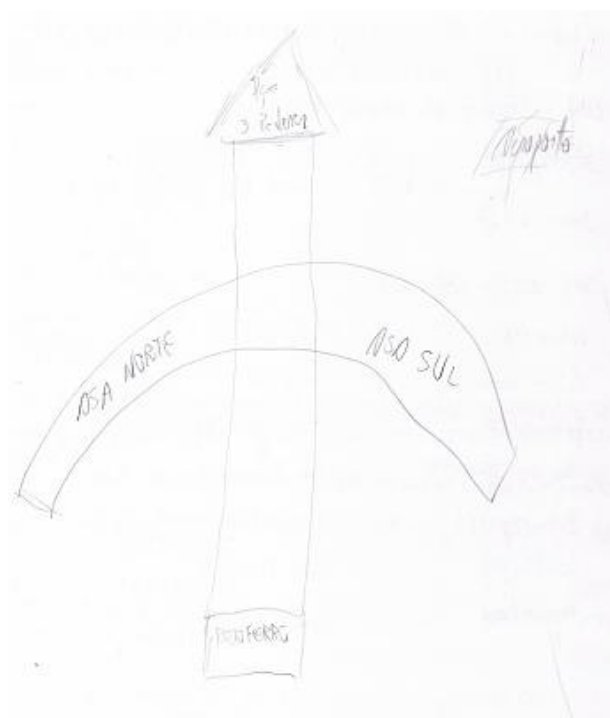


fig. 07

Há também uma situação particularmente interessante, que se apresenta no quarto exemplo, exposto logo abaixo (49 anos, servidora pública, graduada em arquitetura).

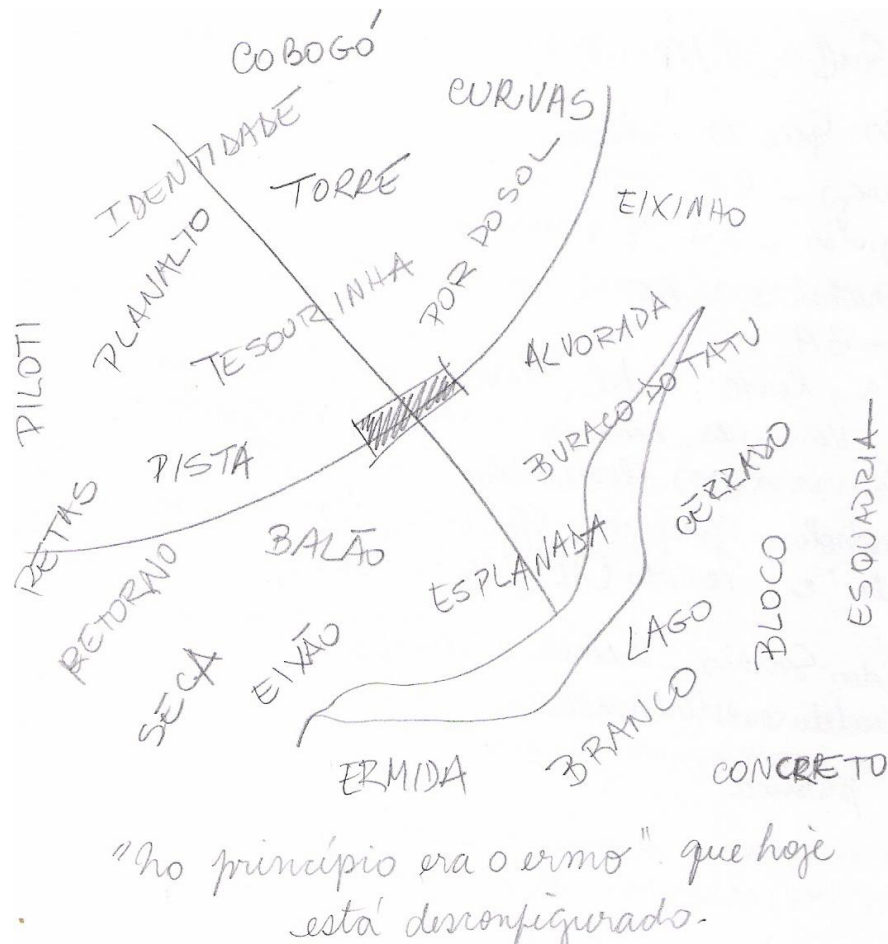


fig. 08

O que chama atenção nesse caso, apesar da incessante aparição do Plano Piloto, como em absolutamente todos os outros desenhos esboçados, é o fato de que a pessoa entrevistada fez questão de enfatizar em texto as características arquitetônicas, ambientais e urbanísticas de Brasília. Essas características, entretanto, são aquelas que estão, fundamentalmente, circunscritas ao Plano Piloto, com exceção dos elementos climáticos e ambientais e do termo “Ermida”. Além disso, no topo, percebe-se a presença da palavra “identidade”, quase que como uma síntese do que tenta expressar com o conjunto do mapa. Não bastante, logo abaixo, expressa seu descontentamento com as transformações sofridas pela capital.

O que tudo isso quer dizer? Que talvez fosse, tendo em vista as representações cartográficas esboçadas pelos entrevistados em questão, possível entender que Brasília é, em sua definição última, o Plano Piloto. E, de forma mais audaz, que não se caracteriza como o Plano Piloto que temos atualmente, mas como o traçado original, a cruz levemente curvada do *croqui* de Lucio Costa³¹ e seu projeto de 1957 – salvo alguns poucos casos.

É claro que não há a intenção de generalizar essa percepção, mas é plausível e legítimo tentar analisar esses fatos. De toda forma, tendo em vista o que escreve Martha de Alba:

“Los dibujos de los mapas mentales nos muestran a la vez una representación personal y colectiva de la ciudad. Cada dibujo es elaborado a partir de los conocimientos y la experiencia urbana del dibujante; sin embargo, en los mapas están representados también los lugares que simbolizan la historia, la identidad y las características socioculturales de la ciudad.”(ALBA, 2004, p 127)

Torna-se, sob essa perspectiva, ainda mais curioso o caso dos mapas mentais desenhados pelos atores consultados. Afinal, será possível que a representação social cartográfica, o mapa mental, de Brasília se defina muito mais por elementos sociais, coletivos, do que pela experiência individual que se tem da cidade?

Por mais ousada que possa aparentar a questão acima apresentada, é justo imaginarmos que sua resposta seja sim.

Isso é especialmente possível se lembrarmos de toda a ideologia que marca a capital federal, todo o simbolismo que a cerca e, evidentemente, a simplicidade de seu desenho e do elemento mais marcante de sua estruturação: os dois eixos que se cruzam. Fácil de perceber e de reproduzir, o Plano Piloto não é tão somente elemento constante pela sua importância simbólica, mas também pelo fato de que há uma associação direta entre este traçado urbano e o nome “Brasília” de forma que ambos se confundem e misturam. Inicialmente, é claro, Brasília resumia-se ao Plano Piloto e algumas habitações unifamiliares próximas ao Lago Paranoá, mas mesmo com as transformações que incidiram sobre a cidade, essa percepção parece ter se consolidado e mantido no tempo.

³¹ Ver fig. 01em anexo.

Como já mencionado, é plausível pensar que a simplicidade do desenho também seja importante para pensarmos a constância de sua presença. É possível, mas se sim, não justifica a ausência de tantos elementos arquitetônicos – deveras marcantes dentro do conjunto urbano – dos mapas mentais elaborados.

Outra possível resposta seria imaginar que, como a grande maioria dos locais de trabalho, residência e lazer dos entrevistados se localiza no âmbito do Plano Piloto, não tenham percebido a necessidade de retratá-los com especificidade.

A não tão óbvia conclusão com a qual é viável flertar é a de que, de fato, o Plano Piloto constituiu-se, dentro das representações da amostra selecionada de atores, socialmente no tempo como elemento central da significação e simbolização da cidade de Brasília.

Em outras palavras, para que seja enfatizado: aqui, Brasília se manifesta como o Plano Piloto.

Elementos da cidade

Quando perguntados sobre o que mais gostam e menos gostam em Brasília, os moradores foram enfáticos em apontar os problemas na cidade e apaixonados ao elogiar suas qualidades. Seguindo o modelo utilizado por Martha de Alba(2006), construiu-se aqui uma tabela que apresenta a estrutura das representações sociais explicitadas em falas em relação à cidade. Elas estão, como toda representação que se agrega às concepções de um indivíduo, elencadas como categorias positivas ou negativas. Diz Moscovici: “Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele”.(MOSCOVICI, 2010, p 63)

Martha de Alba utiliza também as categorias “experiência urbana” e “território político administrativo”, que explicavam de forma mais adequada as principais dimensões abordadas pelos sujeitos entrevistados em sua pesquisa. A primeira se refere à vivência da cidade, à apropriação do conjunto urbano, enquanto a segunda trata das dimensões políticas e governamentais, as atitudes adotadas pela administração pública, execução de políticas públicas, etc. No caso do presente trabalho, entretanto, foram

definidas as mesmas categorias, mas seus significados foram sutilmente alterados para melhor representarem as falas dos entrevistados: experiência urbana – vista aqui como a vivência da cidade, sua percepção, a relação com o seu discurso fundador e elementos que foram mencionados em vínculo direto com o projeto original – e território político administrativo – referente à atuação do governo, políticas públicas e fatos correlatos.

Estrutura de representação da cidade*

Experiência urbana	
Positivo	Negativo
Espaços grandes e livres Arquitetura da cidade Fácil deslocamento Qualidade de vida Cidade verde Céu bonito Organizada Bonita	Caos Cidade violenta Pessoas fechadas Sem vida na rua Cidade envelhecida Alto custo de vida Projeto original deturpado Congestionamentos
Cidade limpa Cidade segura Qualidade de vida	Crescimento desordenado Inchaço populacional Crescimento exagerado Problemas de emprego Valorização extrema do Plano Piloto Especulação imobiliária Transporte público ruim Necessidade de se ter um carro
Território político administrativo	

* Os termos que aparecem aqui são fragmentos de entrevistas e foram utilizados pelos entrevistados para descrever Brasília.
tabela 01

O que primeiramente chama a atenção ao observarmos a tabela é a forma como os entrevistados associam fenômenos e características da cidade. Elementos positivos são, em geral, descritos e apontados como diretamente vinculados ao projeto da cidade, sua organização urbana e sua arquitetura, enquanto que uma pequena parcela é associada à atuação do governo e, ainda assim, alguns – como a categoria “qualidade de vida” – se mostra como resultado de ambos.

Ao mesmo tempo, fenômenos que são enfaticamente criticados pelos atores consultados, como Brasília ter “pessoas fechadas” e ser “sem de vida na rua”, são também, indo ao encontro das críticas de Holston(2010), apontados como consequências do projeto urbanístico.

Em geral, os indivíduos enfatizam muito o crescimento desordenado da cidade, a deturpação de seu projeto original, a falta de conservação e preocupação com a cidade, o crescimento exponencial da violência e dos crimes e o tráfego de veículos caótico e

insustentável. Esses elementos – os mais citados entre os presentes na tabela – indicam o extremo pessimismo que os habitantes exprimem ao falar de Brasília.

Essa desilusão com a cidade não tem fundamento tão somente na experiência cotidiana, nas informações transmitidas pela mídia ou pelo universo consensual, mas é possível acreditar que alcancem essa força por conta da grande expectativa que até hoje reverbera sobre a capital, tida para alguns como “cidade sonhada” e belamente planejada.

Em muitos casos, a causalidade apontada pelos entrevistados para esses problemas extrapola os limites do Plano Piloto, descrito nos mapas mentais como, fundamentalmente, o que consideram “Brasília”. Foi muito comum que estivesse no discurso dos atores consultados idéias semelhantes a: “O Entorno cresceu muito. As Cidades Satélites ficaram inchadas. Aí esse povo todo pressiona aqui e as coisas ficam assim. Brasília tá um caos mesmo.” (29 anos, moradora da Asa Sul, funcionária pública, terceiro grau completo).

Indicar esse tipo de causalidade reforça o sentimento de não-identidade que os habitantes do Plano Piloto e de suas localidades circunscritas ou tangenciais (Park Way, Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste) parecem ter em relação às, então, originalmente chamadas Cidades Satélites – atualmente, Regiões Administrativas –, e consolida a identidade que possuem com o Plano Piloto, suas localidades mais extremamente próximas, e sua caracterização como a totalidade do nome “Brasília”. Evidente que nem todos os entrevistados se manifestaram de maneira tão intensa e avessa às outras localidades do Distrito Federal, mas em geral essa opinião se mostrou presente em maior ou menor grau.

Um exemplo paradoxal: violência/insegurança

Apesar da enorme quantidade de categorias registradas durante a identificação das representações sociais de Brasília, tornou-se claro ao se processar o conteúdo que havia uma curiosa contradição em dois elementos: violência/insegurança.

Durante as conversas e entrevistas realizadas, tornou-se evidente que há um clima de decepção entre os entrevistados. Por surgir em meio a todos os grupos

anteriormente descritos, aqui não serão feitas distinções entre eles, a menos quando necessário. As críticas à gestão dos governos que se seguiram – apontados como principais responsáveis pelos problemas que a cidade enfrenta – são contínuas e indicam uma concordância bastante disseminada quanto àquilo que consideram a principal razão para que a idéia primordial de Brasília e sua proposta urbanística não tenham se realizado com sucesso.

O discurso dos atores entrevistados – que em geral se retiram do cenário e transferem a responsabilidade ao dizer, por exemplo, “as pessoas daqui” – é claro quando trata dos diversos perigos, problemas e defeitos da cidade, mas constantemente se faz ambíguo, ou mesmo paradoxal, quando se refere a determinados temas.

Entre eles, os mais mencionados que se enquadram nessa situação, estão a “violência/insegurança”.

Tendo isso em vista, optou-se por explorar essas contradições um pouco mais a fundo, possibilitando uma compreensão mais detalhada de suas razões e manifestações, além de permitir um entendimento de como representações distintas sobre um mesmo elemento da realidade podem conviver num mesmo momento e nas mesmas pessoas.

Em geral, os entrevistados, quando perguntados sobre se morariam ou não em outra cidade no país, afirmam que não (90%). As razões para essa escolha, quando solicitados a explicá-la, são as mais diversas e variadas, incluindo a beleza do céu de Brasília, a existência de amplos espaços verdes na cidade, a qualidade de vida, etc. Entretanto, há dois elementos que se repetiram em praticamente todos os casos, independente do grupo em questão.

De acordo com essas pessoas, “Não há no Brasil cidade tão segura como Brasília.” (62 anos, moradora da Asa Sul, terceiro grau completo). Esse trecho representa, como exemplo de discursos semelhantes, um aspecto que se repetiu muito durante entrevistas. Não é um posicionamento único, mas reflete uma visão em relação à cidade que parece ter se constituído e estabelecido em meio ao conjunto social dos moradores. Seja no compartilhamento informal do universo consensual (MOSCOVICI, 2010), responsável por essas impressões coletivas, ou por uma grande quantidade de experiências individuais convergentes, o medo dessa violência, desse perigo constante e nebuloso³², se suaviza quando se trata de falar do Plano Piloto de Brasília.

³² “Modernidade líquida” e “Confiança e medo na cidade”, de Zygmund Bauman. E “*L’insécurité sociale: Qu’est-ce qu’être protégé?*”, de Robert Castel.

É então que as coisas se tornam confusas. Não muito adiante nas conversas e entrevistas surge um outro questionamento: “o que menos te agrada em Brasília? O que você destacaria como principais problemas ou defeitos da cidade?”. Entre as diversas respostas que se apresentam, surge, de forma extremamente repetitiva (90%), o seguinte posicionamento, que aqui se sintetiza nos dizeres de um dos entrevistados (29 anos, morador da Asa Sul, funcionário público, terceiro grau completo): “Brasília tá perigosa. Virou um dos lugares mais violentos do país.”.

A evidente contradição que se apresenta nesse momento chama a atenção: oras, se os entrevistados consideram, em sua grande maioria, Brasília uma – quando não a mais – cidade segura em relação ao restante do país, como podem, simultaneamente³³, percebê-la como uma das cidades mais perigosas e violentas do Brasil?

Apropriando-nos novamente do conceito de universo consensual de Serge Moscovici (2010), seria possível afirmar que essas impressões conflitantes vão muito além de simples referências objetivas à realidade ou retratos de experiências individuais explicitadas como relatos no discurso.

É mais fácil compreender a construção dessa visão ambígua quando temos à vista o problema do medo generalizado, questão abordada por Bauman (2001, 2009) ao tratar da modernidade líquida e do meio urbano, e alguns princípios de Moscovici referentes à construção do universo consensual, responsável por essa percepção social aparentemente compartilhada e que se vê em conflito em quatro dimensões: a mídia, a realidade experimentada, a memória e a comunicação e interação interpessoais.

Escreve Moscovici, ao tratar da formação do universo consensual:

“Em longo prazo, a conversação (os discursos) cria nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes. As regras dessa arte mantêm todo um complexo de ambigüidades e convenções, sem o qual a vida social não poderá existir. Elas capacitam as pessoas a compartilharem um estoque implícito de imagens e de idéias que são consideradas certas e mutuamente aceitas. O pensar é feito em voz alta.”(MOSCOVICI, 2010, p 51)

Ainda sobre as representações sociais e sua importância na construção do ambiente de interação da sociedade, significados e símbolos compartilhados e materialização de concepções e percepções coletivas, Moscovici escreve também:

³³ Muitas das pessoas entrevistadas afirmaram – literalmente – as duas coisas. Outras, apenas uma delas. De forma geral, entretanto, ambas as opiniões tiveram a mesma incidência.

“Em outras palavras, existe uma necessidade contínua de re-construir o “senso comum” ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar. Do mesmo modo, nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não se criassem representações sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre pessoas que, então, passam a constituir uma categoria de fenômenos à parte. E a característica específica dessas representações é precisamente a de que elas “corporificam idéias” em experiências coletivas e interações em comportamento(...)”(MOSCOVICI, 2010, p 48)

Os trechos destacados são explícitos ao tratar de como idéias se manifestam como verdades, podendo facilmente se materializar por meio de comportamentos e certezas simplesmente pela dimensão de sua disseminação e aceitação pelo conjunto social. É como dizer que a realidade, concebida pelos indivíduos por meio de símbolos e significados, se traduzindo, assim, inteligível, existisse como tal, fundamentalmente porque é uma construção coletiva – social – e um consenso estabelecido e, em grande medida, naturalizado.

Esse raciocínio é bastante plausível quando pensamos acerca dos discursos antagônicos, mas consensuais, e simultâneos apresentados há pouco. Por um lado, temos a visão de uma cidade perigosa e que caminha para uma situação ainda pior. Por outro, diz-se que a capital federal é um lugar tranquilo e seguro, provavelmente o mais seguro de todo o país.

Para se compreender a primeira opinião, basta perceber a proliferação das, como diz Bauman, “*gated communities*”, no Distrito Federal como um todo. São comunidades cercadas, isoladas, que têm como objetivo proteger seus residentes do perigo constante que habita fora de seus portões, protegê-los desse mundo de grandes problemas e ameaças que se costuma chamar de “cidade”. Lá dentro, cinema, academia, piscina e, em alguns casos, pequenos comércios – os quais, quando inexistentes, podem ser facilmente substituídos por serviços de “tele-entregas”. De toda forma, esses modelos dos quais fala Bauman (2001, 2009), há muito se tornaram comuns em terras tupiniquins, não se restringindo aos Estados Unidos e Europa. Aliás, há de se dizer, que em Brasília encontraram solo fértil para se expandir, brotando em diversos pontos da cidade e de regiões administrativas do Distrito Federal. Essas comunidades, além de isolarem a rua e a cidade da dimensão residencial e privada, reforçam, como atitudes concretas, a sensação de medo que se dissemina nos conjuntos urbanos.

Além das “*gated communities*”, Bauman fala também da mixofobia, o medo ou receio de se estar na co-presença de estranhos ou indivíduos não-familiares, o medo de “se misturar”. O autor em questão aponta essa “fobia” como um fenômeno peculiarmente forte na vida urbana contemporânea e de como exerce efeito direto sobre o modo como as pessoas passam a ver e se apropriar da cidade. É um asco coletivamente instaurado e que induz à manutenção de interações com indivíduos aparentemente – visto que enganos e confusões são uma realidade – homogêneos, pertencentes a uma mesma “comunidade” ou grupo social. Nesse sentido, Bauman afirma:

“O impulso para uma “comunidade de semelhantes” é um sinal de retirada, não somente da alteridade que existe lá fora, mas também do empenho na interação interna, que é viva, embora turbulenta, fortalecedora, embora incômoda. A atração que uma “comunidade de iguais” exerce é semelhante à de uma apólice de seguro contra riscos que caracterizam a vida cotidiana de um mundo “multivocal”. Não é capaz de diminuir os riscos e menos ainda evitá-los. Como qualquer paliativo, nada promete além de uma proteção contra alguns de seus efeitos mais imediatos e temidos.”(BAUMAN, 2009, p 45)

No caso de Brasília, a intensa segregação espacial, caracterizada, como aponta Nunes (2004), por fatores econômicos, de estratificação social, juntamente com a construção de uma percepção da cidade como ambiente de perigo constante em dimensões internacionais, além de uma alimentação desse discurso pelo Estado (Bauman, 2001) e pela mídia, a noção de uma cidade sitiada pelo perigo, por assim dizer, se fortalece na repetição das falas, comportamentos e posições que, em concordância quase homogênea, recriam as representações imbuídas de medo. Medo das interações no espaço público, medo da rua, medo de se deslocar, medo de estar fora de algum espaço fisicamente isolado da cidade, da rua, do público. Medo, inclusive, de se estar em casa, principalmente quando não há um muro farpado e uma segurança de prontidão, incapazes, entretanto, de, em vias de fato, realizarem a proteção integral do indivíduo amedrontado. A sensação é real e a representação social de uma cidade – de um mundo, aparentemente – que, se não está de fato extremamente ocupada pelo perigo praticamente onipresente, ao menos se faz fortemente reconhecer assim.

Resta tentar compreender a outra visão exposta pelos entrevistados, entender em que medida, como e porque, se possível, a representação de Brasília como uma cidade segura – aparentemente contra todas as possibilidades – ainda se sustenta em meio à

sensação de insegurança amplamente generalizada entre os habitantes da cidade. A primeira pista é óbvia: a manutenção do discurso e da memória.

“Nossas experiências e idéias passadas não são experiências ou idéias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e idéias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e a claridade peculiares das representações – isto é, das representações sociais – deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através de ontem e da continuidade que isso pressupõe.”(MOSCOVICI, 2010, p 37-38)

Ao escrever o trecho acima, Moscovici evidencia a importância das representações sociais do tempo passado, que se consolidam e mantêm, mesmo que num processo dinâmico e de constante mutação. Isso ocorre, evidentemente, de diversas maneiras, mas é na memória – seja ela oral, escrita, registrada de algum modo ou meramente compartilhada como um saber coletivo – individual e do conjunto social que as representações sociais se depositam, tal como se fosse uma experiência particular, mas que na realidade é distribuída e interpretada entre e por cada indivíduo. Entretanto, como deixam claro os dizeres de Moscovici, as representações sociais se constituem como um conhecimento – ou um conjunto de conceitos, valores, saberes e intuições – que só se define como tal por ser um elemento compartilhado socialmente. Tudo isso torna bastante claro a grande importância das representações sociais para a compreensão da realidade.

A “Brasília segura” a que os entrevistados se referem é, não coincidentemente, a mesma Brasília que no discurso do grupo A – indivíduos que se estabeleceram na capital entre 1975 e 1980 – “(...) todo mundo sabia quem era quem.” (49 anos, funcionária pública, terceiro grau completo). O “saber quem é quem” nos remete novamente ao que se referia Bauman ao tratar do medo e receio com o não-familiar. Dizer que todos se conheciam e sabiam quem eram não assume, necessariamente, um papel literal, mas representa em grande medida a sensação de segurança da qual se gozava à época. Significa, numa análise mais crítica e profunda, perceber como a familiaridade e a identificação ocupavam – e ocupam – um papel de definição na representação do ambiente e das interações que se desenhavam e mantinham no âmbito da cidade. Numa clara contraposição, “não saber quem são” as pessoas aponta a relação de alteridade, da não-familiaridade, da não-identificação e, conseqüentemente, a sensação de insegurança e perigo.

Ficou registrado, entretanto, que mesmo a maior parte das pessoas nascidas em Brasília durante o fim da década de oitenta e início da de noventa, assim como daquelas que passaram a residir na cidade nos primeiros anos desse século, concorda com a visão, em um primeiro momento, ao ponderar os benefícios e qualidades da cidade, de que Brasília, percebida e representada fundamentalmente como o Plano Piloto, é uma cidade segura. Talvez como uma influência das representações sociais já consolidadas entre os moradores mais antigos, talvez como uma construção baseada em novas interações consensuais, a questão é que pode-se perceber no discurso das pessoas uma arraigada representação de uma cidade contraditoriamente – por se tratar de visões simultâneas e referentes a uma mesma representação anteriormente compartilhada: o Plano Piloto de Brasília – segura e perigosa, familiar e não-familiar.

Ainda acerca do choque de alteridade que provoca a insegurança, Moscovici, em relação às representações sociais, mas traduzindo uma potencial justificativa para a manutenção de uma representação já consolidada ao invés da adoção de uma nova, diz:

“O medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado. (...) Fenômenos de pânico de multidões muitas vezes provêm da mesma causa e são expressos nos mesmos movimentos dramáticos de fuga e mal-estar. Isso se deve ao fato de que a ameaça de perder os marcos referenciais, de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua, é uma ameaça insuportável. E quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que “não é exatamente” como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos, porque ela ameaçava a ordem estabelecida.”(MOSCOVICI, 2010, p 56)

O mesmo vale para a questão do trânsito. A grande diferença que se mostrou, porém, entre essa categoria e a violência/insegurança, foi que não se projetou necessariamente como uma contradição, mas sim como uma ambigüidade passível de ser compreendida com uma observação mais cautelosa.

Os entrevistados manifestam claramente sua insatisfação com o trânsito de Brasília, comentam os problemas de engarrafamento e o excesso de carros – previamente mencionado nesse trabalho. Ao mesmo tempo, falam das facilidades de deslocamento que a cidade proporciona e como apreciam a potencialidade de deslocamento rápido e simples.

A organização urbana de Brasília é bastante simples quando levamos em consideração seu formato mais geral. Pelo Eixo Rodoviário, do centro para fora, as numerações vão de 02 a 16. Do centro para cima, em ambas as asas, seguem em

centenas: 100, 300, 500, 700 e 900, sempre começando com números ímpares. Para a parte da cidade abaixo do Eixo Rodoviário, o mesmo acontece, mas com números pares: 200, 400, 600 e 800. Ou seja, os endereços determinam-se por coordenadas, combinando-se estes números. Por exemplo: 212, 306, 614, etc.

Como explicitou um dos entrevistados: “Eu sempre digo que Brasília é muito fácil de se andar se você sabe contar até dezesseis.” (29 anos, funcionário público, terceiro grau completo).

É comum também que a idéia de Brasília como uma “cidade para carros” esteja presente de maneira massiva nas falas coletadas. As pessoas têm essa percepção e nunca omitem apreciar esse fato, ao mesmo tempo que criticam enfaticamente as deficiências do transporte público e todos os problemas que o trânsito de Brasília acarreta para suas vidas cotidianas. Como disse um dos entrevistados: “Antigamente eu ia trabalhar de carro no começo da Asa Norte, saía na hora do almoço, chegava em casa (no Lago Sul), ia pra piscina, comia e ainda chegava antes das duas. Hoje se eu tentasse sair de lá e ir almoçar em casa, quando fosse duas horas não tinha nem chegado ainda.” (78 anos, aposentado, morador do Sudoeste.).

Essas falas explicitam como Brasília pode existir na mente das pessoas como uma cidade onde é – era – fácil se localizar, fácil se deslocar e, ao mesmo tempo, possuidora de um trânsito caótico – como muitos preferiram dizer – e intenso que mal lhes permite utilizar adequadamente as vias disponíveis no traçado urbano.

Pessimismo e futuro: o caos e uma pitada de esperança

O que será Brasília em 2060?

A data não foi escolhida a toa. Ela marca os cem anos da capital federal e, além disso, está 49 anos distante do momento da pesquisa, um período no qual se pode imaginar que muito ainda pode ocorrer. Por essas duas razões, surgiu como a melhor opção para instigar os entrevistados a especularem sobre o futuro da cidade que habitam. A perspectiva não é boa.

As duas palavras mais associadas ao futuro de Brasília foram “caos” e “loucura”. Mais especificamente, que “A cidade vai estar um caos.” e que “Isso aqui (Brasília) vai

tá uma loucura.”. Esses dois trechos exemplificam com clareza a forma negativa com que o futuro da capital se projeta nas representações dos atores consultados.

Quando questionados do porque dessa visão pessimista, afirmam diversas razões, mas, entre elas, as que mais se destacaram foram o desinteresse do governo em se mobilizar para resolver as questões problemáticas de forma adequada, sem o uso de soluções paliativas ou imediatistas, a deturpação do projeto original – inclusive como consequência da razão primeiramente apresentada – e a absurda especulação imobiliária, como afirmam, que cada vez mais cresce em Brasília.

O mais interessante de se observar durante o processamento dessas informações é que, invariavelmente, os indivíduos parecem acreditar, numa afirmação muitas vezes não-intencional, que o projeto de Brasília tal qual originalmente havia sido concebido, iria ter funcionado de forma bastante eficiente.

Quando dizem que o “projeto original foi deturpado” e que, por isso, muitos problemas – como congestionamentos e violência – estão se manifestando na cidade, estão, simultaneamente, dizendo que o projeto original seria, logicamente, eficiente ao manter a cidade dentro de categorias consideradas positivas – no caso: organizada, com qualidade de vida, sem congestionamentos, sem violência, etc.

De toda forma, os problemas apontados para o futuro de Brasília pelos entrevistados não fogem àquilo que infelizmente parece se precipitar sobre a maioria das metrópoles do mundo. A diferença principal é a idade que cada uma dessas cidades possui e a juventude de Brasília.

Invariavelmente, como diz Martha de Alba:

“(...)la historia personal y la urbana se confunden en una mezcla de rasgos de la ciudad actual con la ciudad histórica. Los barrios, los monumentos, las calles y hasta las estaciones del metro por las que se ha circulado recuerdan no sólo los lugares en donde se vivió algo personal, sino donde ocurrieron acontecimientos históricos. El espacio de vida pasa así a formar parte de una memoria colectiva vinculada con la identidad(...)”(ALBA, 2006, p 674)

Quer dizer, a história recente de Brasília marca os pensamentos que se estabelecem acerca de seu conjunto urbano e dos acontecimentos que se vinculam aos seus espaços. Os indivíduos entrevistados percebem, no dia-a-dia, os problemas, lêem sobre esses problemas, conversam sobre esses problemas e, coletivamente, cultivam

essa sensação quase apocalíptica que prevê um destino deveras negativo para a cidade desenhada por Lucio Costa.

Seria plausível afirmar que um movimento de não-familiaridade com o futuro se desenhasse por essas pessoas e, dessa forma, a familiaridade dos problemas da atualidade se apresentasse como uma solução viável para a dúvida, ancorando o presente ao futuro e criando essa perspectiva negativa.

Houve uma única exceção durante as entrevistas.

Um dos entrevistados, ao responder essa questão, falou sobre os problemas atuais que a cidade enfrenta e a necessidade urgente de que sejam resolvidos, visto que, se não procederem assim, há de fato de se tornar um “caos”. Mas, prosseguiu, “(...) eu espero que não aconteça assim. Tem muito tempo até lá. Não é possível que deixem um sonho ser destruído assim. Eu espero que se tomem medidas adequadas. Será uma megalópole, que cuidem da cidade, que seja preservada e protegida. Brasília precisa de proteção.” (78 anos, aposentado, morador do Sudoeste). E, não muito depois, completou, com os seguintes dizeres, expressando seus sentimentos em relação a Brasília: “Os sonhos foram feitos para serem vividos, mas se não forem vividos, valeu a pena terem sido sonhados.”.

Considerações finais

Nos capítulos anteriormente apresentados, buscou-se apresentar e discutir um panorama das características mais marcantes e ideológicas de Brasília, mudanças pelas quais a cidade passou, explicitar o conceito de representações sociais, apresentar com clareza os métodos e as técnicas utilizados para a execução da pesquisa, identificar elementos que caracterizam a representação social de Brasília e, por fim, abordar mais a fundo o caso peculiar do paradoxo representativo da categoria violência/insegurança e a representação social do futuro da capital federal.

Constatou-se que, para os entrevistados, a capital federal se define fundamentalmente como o Plano Piloto, quase que como a elaboração primeira de Lúcio Costa ao pensar Brasília.

Categorizou-se, de maneira semelhante ao que Martha de Alba fez em seu estudo sobre a Cidade do México, os elementos das falas dos indivíduos sobre a cidade, elencando-os conforme critérios positivos ou negativos, de experiência urbana ou relativos ao território político administrativo.

A Brasília que Lucio Costa planejou e que Juscelino acreditou estar construindo de fato se concretizou. Apesar de não ter assumido sua identidade por completo, sofrendo diversas modificações com o passar do tempo, na cabeça das pessoas ela ainda está viva como a capital transformadora e promessa de novas possibilidades. Quando não para toda a sociedade brasileira, ao menos para uns poucos que residem dentro de seu peculiar traçado.

Seus elementos arquitetônicos e urbanísticos, suas escalas e formas, seus discurso e sua ideologia ainda estão na atmosfera em que residem os brasilienses. Fala-se da cidade e reconstrói-se a todo instante as representações que se consolidaram sobre a capital, mas há elementos que insistem em permanecer quase que intocados pelo tempo, popularizados na fala e na concepção dos que para Brasília foram ou lá nasceram. É quase que uma narrativa fantástica que fala de uma cidade diferente, uma cidade especial em relação a todas as outras que existem no mundo.

Essa diferença, que muitas vezes passa longo período sem ser percebida pelos que aqui nasceram, mais cedo ou mais tarde se torna evidente demais para não ser comentada, discutida e conversada. E as pessoas fazem isso, elaborando e tecendo o conjunto de impressões e representações que hoje são aquilo que podemos apontar como a representação social da cidade.

Além disso, o pessimismo referente a Brasília é bastante evidente, como foi percebido durante o presente trabalho. Fala-se muito do fim da organização da cidade, do fim dos espaços verdes e livres e da inevitável queda do tombamento das escalas. Seria possível? De acordo com alguns dos entrevistados seria e acontecerá.

Apesar disso, não há como descrever a forma como diferentes gerações falam sobre a cidade. O grupo A é perceptivelmente mais ligado à cidade afetivamente. Muito provavelmente por alguns terem, inclusive, participado de sua construção, enquanto outros vieram para cá jovens e construíram suas vidas aqui, sentindo-se parte da consolidação da cidade, de sua formação.

Esse sentimento está no tom de voz, na forma como contam suas histórias e falam sobre a cidade. Está na tristeza com que falam sobre o catastrófico futuro que acreditam aguardar Brasília e na felicidade com que lidam com seus elementos característicos.

Inevitável dizer que essa distinção foi a que mais se acentuou entre os grupos. No restante dos aspectos, diferentemente do que se imaginava, não houve distinções tão marcantes.

De forma ainda mais abrangente, o presente trabalho principia uma potencial pesquisa de larga escala, que seria muito rica caso se efetivasse. Nota-se, pela realização deste projeto, que as técnicas e métodos, além da lente das representações sociais, são absolutamente adequadas para a compreensão dos fenômenos e situações que foram percebidos na realidade.

Referências bibliográficas

ALBA, Martha de. *Experiência urbana e imagens coletivas de la Ciudad de México*. In: Estudios Demográficos y Urbanos, vol. 21, num. 3 (63), p. 663-700. México, 2006.

ALBA, Martha de. *Mapas mentales de la ciudad de México: una aproximación psicosocial al estudio de las representaciones espaciales*. In: Estudios Demográficos y Urbanos, vol. 19, número 55, p. 115-143. México, 2004.

ALBA, Martha de. *Representaciones sociales y el Studio del territorio: aportaciones desde el campo de la psicología social*. In: Integración del espacio en el aprendizaje de las ciencias sociales y humanidades. Org. GONZÁLEZ, Salomón.

ARQUITETANDO. Site de arquitetura, urbanismo e história da arte. Disponível em: <http://arquitetandoblog.wordpress.com>. Acessado entre: 01/06/2011 e 30/06/2011.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BAUMAN, Zygmund. *Confiança e Medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAUMAN, Zygmund. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEHR, Nicolas. *Brasília Revisitada*. Brasília: LGE Editora, 2005.

BEHR, Nicolas. *Poesília: poesia pau-brasília*. Brasília: Ed. Do Autor, 2002.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. *Sobre a implementação da cidade e as modificações do projeto*. Jornal do CREA. Ano IV, no. 33, 2003.

COELHO, Christiane Machado. *Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto*. In: Cronos, vol. 9, n. 1, p. 65-75. 2008.

COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada*. Brasília: GDF, 1987.

COSTA, Lucio. *Relatório/Memorial do Plano Piloto de Brasília*. Disponível em: <http://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/04/17/lucio-costa-brasilia-50-anos-memorial-do-plano-piloto-e-o-pensamento-de-lucio-costa/>.

COSTA, Maria Elisa(Org.). *Com a palavra, Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERREIRA, Ignez Costa Barrosa. *O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília*. In: Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. Org. Aldo Paviani. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- GOROVITZ, Matheus e Marcílio Mendes Ferreira. *A invenção da superquadra: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília*. Brasília: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IPEA. SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social. IPEA. Mobilidade Urbana. 24 de janeiro de 2011. Governo Federal.
- LEGROS, Patrick. *Sociologia do Imaginário*. Frédéric Monneyron, Jean-Bruno Renard, Patrick Legros e Patrick Tacussel. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- PETITFILS, Jean-Christian. *Os socialismos utópicos*. São Paulo : Círculo do livro, 1977.
- SILVEIRA, Nise da. *Jung: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- TORRES, Marcelo. *O bê-á-bá de Brasília*. Brasília: Thesaurus, 2011.
- VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital(séculos XIX – XX)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- ZAPATEL, Antonio Juan. *Entrevista com Lucio Costa*. Concedida em dezembro de 1990 e publicada no Portal Vitruvius em julho de 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/10.038/3280?page=1>
- WISNIK, Guilherme. *Lucio Costa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Anexo I



fig. 01

Descrição: Croqui de Lucio Costa do Plano Piloto de Brasília. Memorial do Plano Piloto.



fig. 02

Descrição: Croqui de Lucio Costa do Setor Residencial ou, como seria denominado, Superquadra. Obtida no livro “A invenção da superquadra”.



fig. 03

Descrição: foto de superquadra em Brasília. Obtida no livro “A invenção da superquadra”.

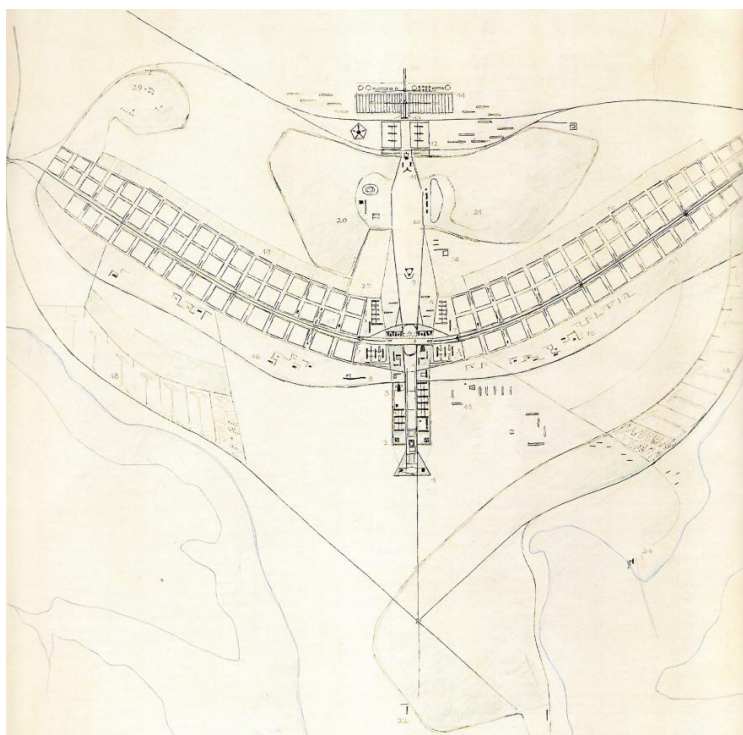


fig. 04

Descrição: Projeto do Plano Piloto de Brasília. Obtida no livro “Lucio Costa”.